

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU - CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL
CURSO DE LETRAS/PORTUGUÊS

NATÁLIA REGINA OLIVEIRA SILVA

**O ENSINO DA GRAMÁTICA EM UM LIVRO DIDÁTICO DO 2º ANO DO ENSINO
MÉDIO**

PATU-RN
2018

NATÁLIA REGINA OLIVEIRA SILVA

**O ENSINO DA GRAMÁTICA EM UM LIVRO DIDÁTICO DO 2º ANO DO ENSINO
MÉDIO**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, *Campus* Avançado de Patu - CAP, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Letras.

Orientadora: Prof.^a M^a. Maria Leidiana Alves

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

S586e Silva, Natália Regina Oliveira
O ensino da gramática em um livro didático do 2º ano do ensino médio. / Natália Regina Oliveira Silva. - Patu, 2018.
67p.

Orientador(a): Profa. M^a. Maria Leidiana Alves.
Monografia (Graduação em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas)).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Livro didático.. 2. Ensino de Língua Portuguesa.. 3. Concepções de linguagem e gramática.. I. Alves, Maria Leidiana. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

NATÁLIA REGINA OLIVEIRA SILVA

**O ENSINO DA GRAMÁTICA EM UM LIVRO DIDÁTICO DO 2º ANO DO ENSINO
MÉDIO**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN, *Campus* Avançado de Patu - CAP, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Letras.

Aprovado em ____/____/2018.

Banca Examinadora

Prof^a. M^a. Maria Leidiana Alves
(Orientadora – UERN)

Prof^a. M^a. Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo
(Examinadora 1 – UERN)

Prof^a. M^a. Luciana Fernandes Nery
(Examinadora 2 – UERN)

DEDICATÓRIA

A Deus, que me sustentou e me deu força durante todo o percurso da Graduação, até o último momento.

Aos meus pais, José e Josenira, que sempre me apoiaram e me ajudaram durante essa trajetória, que sempre me ensinaram que a educação é a maior herança que um pai e uma mãe podem deixar para um filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que foi meu sustento e que me deu força e coragem para enfrentar a missão, por me abençoar e me permitir chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais, pela paciência, por terem me ajudado, por todos os esforços que fizeram para que eu continuasse e não me faltasse nada, e por terem me compreendido nos momentos difíceis e por tudo que me ensinaram.

Ao meu amigo/irmão Thadeu Cortez, que esteve comigo desde a aprovação até aqui. Pelo carinho e amizade, e por ter me ajudado em todos os momentos em que precisei, no percurso da graduação.

A todas as minhas amigas pelo carinho, incentivo, apoio e compreensão.

Agradeço à minha orientadora, Maria Leidiana Alves, por toda orientação, dedicação e zelo na construção desse trabalho.

À UERN – CAP, corpo docente, administração, direção por todo compromisso e responsabilidade em oportunizar um ensino superior, através do qual podemos ser agraciados com um futuro promissor.

Meus agradecimentos a todos os professores, por toda dedicação em proporcionar conhecimento, pelo compromisso em nos fazer aprender, em manifestar zelo pela educação e pela ética profissional no processo de formação.

Aos colegas de turma por todo o companheirismo e amizade desde sempre. Pelos momentos de descontração e por todo o conhecimento construído em conjunto.

À minha equipe de trabalho, pela amizade e parceria, por toda disponibilidade, zelo e compromisso, durante todo o curso nas construções dos trabalhos acadêmicos, e por todo o aprendizado e conhecimento adquiridos.

Obrigada, a todos.

RESUMO

Neste trabalho, busca-se analisar as atividades de gramática em um livro didático do ensino médio, observando como é abordada a gramática normativa, pois, sabe-se que este material didático é um suporte para o professor e ajuda o aluno nos estudos. Nesse aspecto, se faz importante analisar como o livro didático propõe o ensino da gramática, observando também as concepções de linguagem e gramática pressupostas. A metodologia configura-se através de uma pesquisa qualitativa e documental. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se nas teorias dos autores: Antunes (2003, 2007, 2014), Travaglia (2009), Martelotta (2013), Oliveira e Wilson (2013), Cintra (2011), entre outros. O *corpus* dessa pesquisa foi constituído pelo livro didático *Língua Portuguesa: linguagem e interação* da 2ª série do ensino médio, mais especificamente, por duas atividades de cada uma das suas seções analisadas: *Língua, análise e reflexão* e *Gramática Textual*, a partir das quais, pudemos observar uma mescla entre o conservador e o inovador no que diz respeito às metodologias de ensino da gramática. Desse modo, foi possível observar que o livro apresenta a gramática, as unidades gramaticais, pautado na concepção de gramática tradicional e de linguagem como expressão do pensamento, como na seção *Língua, análise e reflexão*, e, em outros momentos, como na seção *Gramática Textual*, aborda a gramática, de forma contextualizada, embasado numa concepção de linguagem como processo de interação e comunicação, que permite uma reflexão acerca do uso da língua e da gramática no texto, de maneira significativa. A pesquisa aponta que o estudo da gramática partindo do texto, permite ao aluno conhecimento e aprendizagem acerca da língua. Para tanto, é fundamental observar o livro didático, verificando quais concepções de linguagem e gramática ele adota, para assim, ampliar e oportunizar discussões e novos métodos pedagógicos de trabalhar com a língua portuguesa dos quais nem sempre o livro dispõe.

Palavras – chave: Livro didático. Ensino de Língua Portuguesa. Concepções de linguagem e gramática.

ABSTRACT

In this research, we seek to analyze grammar activities in a high school textbook, observing how the book addresses normative grammar, since we know that the book is a support for the teacher and that helps the students in their studies. In this aspect, it is important to analyze how the textbook proposes the grammar teaching, also observing the conceptions of language and grammar presupposed. The methodology is configured through qualitative and documentary research. Therefore, this research is based on the authors' theories: Antunes (2003, 2007, 2014), Travaglia (2009), Martelotta (2013), Oliveira (2013), Cintra (2011) and others. The *corpus* of this research was constituted by the didactic textbook "*Língua Portuguesa: linguagem e interação*" of the second grade of the high school, more specifically, by two activities of each one of its analyzed sections: *Língua, análise e reflexão* and *Gramática textual*, from the which we could observe a mixture between the conservative and the innovator regarding the methodologies of grammar teaching. In this way, it was possible to observe that the book presents grammar, the grammatical units, based on the traditional grammar conception and language as a thought expression, as in the section *Língua, análise e reflexão*, and at other moments, as in the section *Gramática Textual*, that approaches grammar in a contextualized way, based on a conception of language as a process of interaction and communication, that allows a reflection about the use language and grammar in the text in a meaningful way. The research points out that the study of grammar starting from the text, allows the student knowledge and learning about the language. Therefore, it is fundamental to observe the textbook, verifying which conceptions of language and grammar it adopts, in order to expand and give opportunities for discussions and new pedagogical methods of working with the Portuguese language that which not every time there are in the book.

Keywords: Textbook. Portuguese Language Teaching. Conceptions of language and grammar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – Definição e atividade sobre a Predicação Verbal.....	46
IMAGEM 2 – Definição e atividade sobre Pronomes Oblíquos.....	48
IMAGEM 3 – Definição e atividade sobre Frase Oração e período.....	50
IMAGEM 4 – Atividades sobre Artigo Científico.....	54
IMAGEM 5 – Atividade 1 sobre Reportagem.....	57
IMAGEM 6 – Atividade 2 sobre Reportagem.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ASPECTOS NORTEADORES	15
1.1 Concepções de linguagem	22
1.2 Concepções de gramática	28
1.2.1 Gramática contextualizada	33
1.3 Livro didático de Língua Portuguesa	37
2 A ABORDAGEM DA GRAMÁTICA NO LIVRO DIDÁTICO DA 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO	43
3 CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	67

INTRODUÇÃO

Muitos estudos têm se desenvolvido no campo do ensino da língua materna, mais precisamente no que se refere ao ensino da gramática nas escolas, nos níveis de ensino do fundamental ao médio. Atualmente os estudos sobre a gramática nas escolas têm sido muito debatidos entre autores e professores, pois geralmente o que acontece é um ensino pautado na gramática normativa da língua. Várias questões são levantadas sobre as metodologias de ensino. Diversas vezes o ensino acontece desvencilhando o português das outras disciplinas, o que acaba tornando o ensino fragmentado.

No tocante à Língua portuguesa e seu objeto de estudo, um dos problemas mais comuns existentes e discutidos é exatamente a questão da fragmentação, até mesmo o próprio ensino de língua portuguesa se torna fragmentado quando se separa a literatura, a gramática e produção de texto, tornando o ensino de forma isolada, gerando uma mecanização e memorização de significados.

A disciplina Língua portuguesa, muitas vezes causa medo nos alunos, porque nestes está enraizada a ideia de que é uma matéria difícil, pois, aborda questões gramaticais, textuais e escritas, as quais muitos têm dificuldades em realizar, principalmente quando se trata de gramática, com várias regras e exceções, e isso acaba gerando certo afastamento dos alunos da disciplina.

Por muitos anos, a disciplina de Língua Portuguesa estava fundamentada no ensino da gramática normativa nas escolas, como único meio de aprender e utilizar a língua. Deste modo era desconsiderada qualquer outra forma de colocação, oral ou escrita, que fugisse da regra estabelecida pela gramática normativa. Outros aspectos como o texto e a escrita como fonte, também, para bem falar e escrever eram deixados de lado.

O ensino de gramática é uma forma de o aluno aprender a utilizar a forma culta e todas as formas de utilização da língua, na fala e na escrita, para compreender os diversos textos, comunicar-se e interagir no mundo. Para isso, se torna fundamental que o estudante tenha conhecimento de como a língua se constitui e como ela funciona, estar diante de todas as suas formas e variações para compreendê-la e utilizá-las, e para que isso aconteça o livro didático apresenta papel importante nesse aprendizado.

Em relação ao livro didático, podemos considerar que ele traz mais praticidade para as aulas de língua portuguesa, pois oferece todos os conteúdos de gramática, literatura/leitura e produção de texto para cada série de ensino, e os alunos têm acesso para acompanhar o conteúdo nas aulas e em casa, pois muitos estudantes possuem apenas o livro como base para

seus estudos. Torna-se importante destacar que, o livro não é um manual com regras que deve ser seguido à risca pelo professor, mas sabemos que serve como suporte para os professores nas aulas, auxiliando-o no processo de ensino. Neste âmbito, se torna importante que o mesmo aborde o conteúdo referente à língua de forma que contribua para o aprendizado do estudante.

Muito se tem discutido sobre a forma de exposição de conteúdos que o livro didático aborda. A maioria dos livros didáticos apresenta conteúdos mais voltados para a gramática normativa, a norma padrão da língua, oferecendo apenas uma visão sobre a linguagem. Sabemos que a gramática tradicional deve sim ser estudada na escola, mas se torna importante destacar que há muitas formas de trabalhar com a gramática normativa e os outros tipos. Como por exemplo, de forma contextualizada, unindo a gramática ao texto para que haja melhor compreensão da norma culta da língua e proporcionando assim, leituras aos alunos, fazendo que se tornem leitores construtores de sentidos, e compreendam a “normas” gramaticais, seus usos e objetivos, assim como se faz importante também, mostrar aos alunos a variação linguística existente dentro da língua portuguesa, para que eles tenham conhecimento de todas as nuances da língua materna.

Sabemos que o livro didático é um dos meios mais utilizados para a construção da aprendizagem, cada nível de ensino exige uma linha de conteúdos a serem explorados e o livro didático acompanha esses níveis de ensino e norteia o trabalho do professor, mas o que acontece, na maioria das vezes, é que o livro didático adota uma linha metodológica que muitas vezes não atende às exigências da língua, principalmente no que diz respeito à gramática, para que os alunos tenham conhecimento da língua e auxiliem o trabalho do professor, o que causa uma recusa dos alunos diante da disciplina de língua portuguesa.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tomou como suporte, a pesquisa qualitativa e documental, tendo como *corpus* o livro didático com o título “Língua Portuguesa: Linguagem e interação” dos autores Faraco, Moura e Maruxo Jr., da 2ª série do ensino médio, que foi utilizado no ano de 2015 a 2017. A pesquisa será realizada por meio de análise do livro, observando de que forma é abordada a gramática no mesmo.

Segundo Gil (2008, p. 70) a pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Salienta-se, segundo Lincoln (2006, p.17), que “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo.”

O interesse em analisar este livro surgiu a partir do Estágio Supervisionado II, realizado na 2ª série no ensino médio, no qual o livro estava sendo utilizado, e pude perceber uma recusa por parte dos alunos em relação ao livro e uma grande crítica dos professores de Português, direcionadas a ele no que se refere à apresentação e abordagem dos conteúdos.

Dessa forma, esta pesquisa busca responder à questão: como o livro didático de Língua Portuguesa “Língua Portuguesa: Linguagem e interação”, da 2ª série do ensino médio, aborda o trabalho com a gramática?

Para tanto, essa pesquisa tem como suporte teórico os autores Antunes (2003, 2007, 2014), Cintra (2011), que trata de assuntos relacionados ao ensino de língua portuguesa e gramática contextualizada, Travaglia (2009), Oliveira e Wilson (2013) e Martelotta (2013) com concepções de linguagem e gramática, dentre outros.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as atividades gramaticais de língua portuguesa no livro didático “Língua Portuguesa: Linguagem e interação”, da 2ª série do ensino médio, observando de que forma é abordada a gramática normativa. Como objetivos específicos: investigar como o livro didático propõe o ensino de gramática para o aluno; analisar que concepção de linguagem e de gramática está pressuposta no livro didático; refletir sobre o ensino da língua a partir da abordagem proposta pelo livro didático, considerando a noção de gramática contextualizada.

Muitos trabalhos foram realizados na área, relacionados à gramática e ao livro didático, reconhecemos que trouxeram grande conhecimento e colaboração para o ensino da língua como Guimarães (2017), que trata da contribuição da linguística para o livro didático, no que se refere à gramática, Campos (2012), que trata da formação do leitor a partir do livro didático, o que o livro proporciona de leitura para o aluno, Alves (2015) disserta sobre o ensino de língua portuguesa em uma perspectiva contextualizada e Duarte (2015) que aborda questões relacionadas ao ensino da gramática no livro didático do ensino médio com foco voltado para o estudo do adjetivo.

Deseja-se que este trabalho possa contribuir para o conhecimento dos pesquisadores, que tenham interesse nesta área e linha de pesquisa, bem como auxilie o trabalho dos professores atuantes na sala de aula, para que assim contribua para o aprendizado significativo do aluno sobre a língua, tornando-se assim, produtor de textos orais e escritos com eficiência e capazes de se posicionar como sujeito crítico na sociedade.

A pesquisa divide-se em dois capítulos. O capítulo I - Ensino de Língua Portuguesa: Aspectos norteadores, apresentará discussão acerca do ensino de língua portuguesa, qual o objeto de estudo, os objetivos e os eixos que o norteia. Concepções de linguagem, quais seus

objetivos, particularidades e funções no que se refere à língua; Concepções de gramática e gramática contextualizada, conceitos e contribuições para o ensino, e por fim, como o livro didático é concebido e aborda conteúdos referentes à língua portuguesa.

No capítulo II – A abordagem da gramática no livro didático da 2ª série do ensino médio, apresentaremos as análises dos dados, com foco no estudo da gramática nas atividades do LD, analisando como livro propõe à gramática, e como concebe a língua, observando em qual (is) concepção (s) de linguagem e gramática está fundamentado, e a partir disso, fazer reflexões sobre o uso da gramática contextualizada para o ensino da Língua Portuguesa.

Esperamos que por meio desse trabalho, o professor, como também o estagiário, possa ter um olhar mais crítico em relação ao livro didático e tomá-lo como objeto de apoio, que possa notar as lacunas que são deixadas por ele, para não condicionar a aprendizagem do aluno apenas ao que é exposto no livro. Notando a necessidade desse olhar, perceba a importância do trabalho com a língua de forma contextualizada, desde o uso da gramática como também da linguagem.

1 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: ASPECTOS NORTEADORES

Sabemos que a língua está presente no nosso dia-a-dia, e é uma ferramenta/instrumento do qual fazemos uso para nos comunicarmos, nos expressarmos e opinar. O ensino de Língua Portuguesa (LP) é um tema abordado entre diversos autores do ramo da Linguística, que apontam várias discussões sobre o ensino da língua.

Travaglia (2009) nos aponta que o objetivo de ensino da língua materna aos falantes dessa língua, é “desenvolver a *competência comunicativa* dos usuários da língua. (TRAVAGLIA, 2009, p. 17). Esse objetivo refere-se ao falante obter a capacidade de adequar à linguagem nas situações de comunicação, para que o código utilizado para a comunicação - a língua - seja significativo.

Destacam-se, a partir da competência comunicativa, duas outras competências: a gramatical ou linguística e a textual. De acordo com Travaglia (2009) a competência gramatical ou linguística

É a capacidade que tem todo usuário da língua (falante/ouvinte, leitor) de gerar sequências linguísticas gramaticais, isto é, consideradas por esses mesmos usuários como sequências próprias e típicas da língua em questão. Aqui não entram julgamentos de valor, mas verifica-se tão somente se a sequência [...] é admissível, aceitável como uma construção da língua. (TRAVAGLIA, 2009, p. 17).

Deste modo, o usuário da língua aprenderia com essa competência a criar sentenças organizadas e com sentido. Faria uso dos códigos que a língua dispõe e suas regras, para elaborar frases ou textos significativos, para assim socializar e comunicar-se nas diversas esferas sociais de forma significativa.

De acordo com Antunes (2003) esse objetivo, com essa competência tem por finalidade ampliar a competência do aluno no que se refere a “falar, ouvir, escrever textos fluentes, adequados e socialmente relevantes” (ANTUNES, 2003, p. 122-123). Ou seja, o aluno além de se posicionar oralmente, ainda aprende a ouvir o outro e argumentar sobre determinadas opiniões, respeitando a posição de outrem, bem como produz textos significativos que diz muito sobre e para o mundo.

Antunes (2003) ainda nos diz que é importante que o aluno saiba o que rege esse objetivo, para que ele possa entendê-lo e para que a atividade com foco nesse objetivo seja realizada com mais eficiência pelo aluno, sem empecilhos no seu desenvolvimento.

A *competência textual*, de acordo com Travaglia (2009) é a capacidade do usuário, produzir e interpretar textos nas situações de comunicação e interação. Para isso, ainda de

acordo com o autor, seria necessário que este usuário empregasse as capacidades textuais básicas, como a *capacidade formativa*, *capacidade transformativa* e *capacidade qualificativa*.

A *capacidade formativa*, segundo o autor, permite ao indivíduo ser capaz de produzir textos coerentes e significativos, sendo apto também a avaliar se dado texto está bem formado ou não, se é realmente um texto. Ou seja, o sujeito se torna capaz de identificar a qual gênero textual pertence determinado texto, a partir da estrutura e intenção comunicativa do texto.

A *capacidade transformativa*, de acordo com Travaglia (2009) refere-se à possibilidade do usuário da língua transformar um texto já pronto, tendo um leque de possibilidades de modificá-lo, reformulando, resumindo, parafraseando, sempre atentando se a modificação faz parte ou não daquele texto original.

Travaglia (2003) nos diz que, na *capacidade qualificativa*, o usuário torna-se capaz de identificar a que tipo de texto/gênero pertence dado texto. O autor ainda nos afirma que, esta competência está ligada à formativa, no que diz respeito ao usuário ser capaz de produzir textos dos diversos tipos. Dessa maneira, fica claro que é importante que o aluno, nas aulas de LP esteja diante da maior diversidade de textos possíveis, para que ele possa compreender, a partir deles, as funções e sentido de cada palavra no texto e que o ajude a penetrar no mundo e comunicar-se nele.

Percebemos como é importante a aprendizagem do aluno quando foca no estudo a partir do texto, e nessa capacidade formativa especificamente, o aluno também produz, ampliando seu repertório linguístico para constituir o texto, e também aprende a se avaliar, reavaliar e avaliar outros textos enquanto estrutura e composição e função comunicativa, social.

Sobre este aspecto Travaglia (2009) nos afirma que

Ora, se tais **enunciados** são frutos de situações de comunicação, são, naturalmente, **textos**, isso significa dizer que se deve propiciar o contato e o trabalho do aluno com **textos** utilizados em situações de interação comunicativa o mais variadas possível. [...] desenvolver a capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação. (TRAVAGLIA, 2009, p. 19. Grifos do autor).

Assim, para atender a esse objetivo, é importante que o aluno esteja diante dos mais variados gênero textuais, para que possa interpretá-lo, bem como produzi-lo de maneira coerente. Assim, sabendo quais tipos de gêneros existem, sabendo diferenciá-los, o aluno poderá socializar de várias maneiras e em diversas situações comunicativas e interativas, tanto através da escrita como da fala.

Travaglia (2009) nos apresenta outro objetivo de fundamental importância no ensino da LP, que trata de levar o aluno a conhecer e dominar a norma culta da língua e ensinar a variedade escrita e falada da língua.

Concordamos que é importante que o aluno tenha conhecimento da norma culta da língua portuguesa, para que ele possa atuar e interagir em lugares da sociedade que exijam esse tipo de fala ou escrita. Da mesma forma, é fundamental que o aluno saiba a variedade da língua, para que possa se adequar às situações de comunicação e não crie a ideia de língua homogênea, que exista apenas a norma culta como correta. Sabendo, como nos diz (TRAVAGLIA, 2009, p. 19) “que o aluno quando vem para a escola já domina a norma coloquial da língua”, devido ao meio em que está inserido.

Entretanto, no tocante ao ensino de LP sabemos que as aulas, em sua maioria, são referentes ao ensino de língua baseado na gramática normativa, isto é, focando apenas no estudo de regras e exceções existentes, de forma isolada, fora de contexto de uso, como se a norma culta fosse a única variedade válida da língua.

Como nos afirma Loura (2003, p. 2) “A escola ainda privilegia a Morfologia, a Sintaxe e a Fonética, apesar das constantes críticas à gramática tradicional. Esse privilégio contribui para que muitas aulas de Português ainda sejam silenciosas, sistemáticas e opressoras.” Podemos constatar, a partir dessa afirmação que, o ensino de LP, tem sido voltado exclusivamente para o ensino de gramática normativa, visando com isso que o aluno aprenda a utilizar a norma culta da língua, como única e exclusiva forma de utilização da língua. É notável que até mesmo no ensino da gramática, não se dá atenção à semântica, ao sentido, não se abre as possibilidades de sentido das palavras.

Assim, de acordo com Loura (2003), a consequência dessa prática de ensino, os alunos não participam da aula, tornando-a silenciosa, e a recorrência das aulas a torna sistemática, causando o distanciamento dos alunos nas aulas. Por conceberem que só existe a forma culta de falar, os alunos não se posicionam nas aulas, não questionam, pois se envergonham por não saber ainda utilizar a norma culta. Dessa forma, é de suma importância que o professor deixe claro ao aluno que a linguagem que ele sabe usar não está errada, mas que existem certas situações e lugares no qual a linguagem formal é a mais adequada.

Antunes (2003) nos revela que o ensino de LP nas escolas, desde o nível fundamental, ainda reside na persistência em um ensino baseado na perspectiva reducionista da palavra descontextualizada. Isto é, não partem do texto, da aplicação da palavra, da língua no texto. A autora ainda nos diz que, este tipo de ensino fundamentado na gramática, focando nos estudos

de palavras e frases, culmina para um indivíduo que utiliza a linguagem apenas para interagir socialmente.

De acordo com Antunes (2003) muitos estudos foram e ainda estão sendo realizados no campo da linguística com foco na gramática nas escolas. Novas reorientações e experiências estão nesse campo no sentido de ampliar o ensino e com foco no objeto de estudo da língua Portuguesa, o texto, mas, de acordo com a autora, essas práticas não são recorrentes ou sistemáticas, não acontece com frequência o ensino com foco a partir do texto. E, ainda de acordo com a autora, essa sistematização nas metodologias das aulas de LP, causa nos alunos insucesso escolar, e acabam considerando que a disciplina é difícil e que não sabem Português, causando também repetência, evasão escolar e dificuldade em estudar ou aprender as outras disciplinas escolares.

Atualmente, ainda conforme a autora, foram empreendidas várias ações governamentais para ajudar a escola a tornar-se mais formadora e eficiente – com métodos que colaborem para melhor aprendizagem do aluno –. Resultado disso foi a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com todas as suas orientações ao ensino de LP bem como de outras disciplinas escolares e também a criação do Sistema Nacional de Avaliação (SAEB) que busca avaliar o desempenho escolar dos alunos de todas as regiões e, para assim oferecer, ao governo e ao estado, subsídios para melhorar a política educacional para uma forma mais consistentes e relevantes.

Referente ao documento PCN, a autora nos diz que

[...] já privilegiam a dimensão interacional e discursiva da língua e definem o domínio dessa língua como umas das condições para a plena participação do indivíduo em seu meio social. Além disso, estabelecem que os conteúdos de língua portuguesa devem se articular em torno de dois grandes eixos: o do **uso** da língua oral e escrita e o da **reflexão** acerca desses usos. (ANTUNES, 2003, p. 22. Grifo da autora)

Podemos perceber que o documento PCN defende a perspectiva interacional da língua, o uso, de como ela funciona, como seus falantes se comunicam, interagem e se expressam com ela em seu meio social, e a reflexão sobre o mundo, sobre a vida em sociedade, refletir sobre o uso de determinadas falas em lugares diferentes, e interpretar discursos orais e escritos.

Em relação ao SAEB, Antunes (2003) salienta que

[...] os pontos – chamados de descritores – que constituem as matrizes de referência para a elaboração das questões das provas – contemplam explicitamente apenas um conjunto de habilidades e competências em

compreensão e nada de definições e classificações gramaticais. Todas essas competências são avaliadas em textos, de diferentes tipos, gêneros e funções. (ANTUNES, 2003, p. 22).

Podemos perceber que, tanto o PCN quanto o SAEB, defendem um ensino de língua portuguesa com foco no texto, compreensão e reflexão acerca de contextos em que vivem e posteriormente abrindo para um novo horizonte. Não mais em classificações gramaticais isoladamente.

Antunes (2003) nos apresenta uma discussão/sugestões de mudança ou reorientação no ensino de LP nas escolas. A autora nos aponta que o objeto de estudo nas aulas de Português, deve-se pautar no âmbito da utilização da língua em circunstâncias de oralidade, leitura e escrita. Assim, entendemos que o foco das aulas será outro, visando ampliar essas habilidades nos alunos. Desse modo, “[...] a mudança no ensino do português não está nas metodologias ou nas “técnicas” usadas. Está na escolha do objeto de ensino, daquilo que fundamentalmente constitui o ponto sobre o qual lançamos os nossos olhares.” (ANTUNES, 2003, p. 108). Ou seja, o professor deve olhar para o objeto de ensino de LP, para a escolha que vise para a aquisição e aprendizagem do aluno, das questões envoltas da língua.

Sabendo que o PCN nos diz que o ensino deve focar no uso e reflexão da linguagem, Antunes (2003) nos diz que a escola deve focar nos *usos sociais da língua*, analisando como ela é usada pelos indivíduos no dia-a-dia. Sobre essa questão, a autora nos diz que essa é a “língua-em-função”:

[...] a língua que somente *acontece entre duas ou mais pessoas, com alguma finalidade, num contexto específico e sob a forma de um texto – mais ou menos longo, mais ou menos formal, desse ou daquele gênero*. Assumindo os termos dessa concepção e de suas implicações pedagógicas, *a escola poderá afastar-se da perspectiva nomeadora e classificatória* [...] (ANTUNES, 2003, p. 109. Grifo da autora).

Dessa forma, o foco da aula de Português estaria no texto, podendo ser longo ou curto, e o aluno aprenderia a produzir os diversos tipos de gênero e a utilizar tanto a norma culta, como fazer uso da coloquial, permitindo o aluno a ampliar seus horizontes sobre o mundo em que vive e da língua que utiliza.

De acordo com esta autora, o texto é que vai conduzindo o ensino, quem conduz os objetivos e como será abordado, com isso, o estudante expandiria a competência de fala e escrita, bem como a leitura e ouvir o outro, e assim a partir da análise do texto, posteriormente seguiria para os estudos das noções gramaticais, para o reconhecimento dos sentidos das

palavras que constituem o texto, mas sempre de forma contextualizada, sem separar as frases do texto e estudá-la isoladamente.

Assim, compreendemos como é importante o trabalho com o texto, pois além de levar conhecimento de mundo para o aluno, o ajuda a compreender as regras gramaticais existentes na norma culta da língua.

No tocante ao estudo da gramática nas aulas de Português, Antunes (2003) afirma que

A gramática, na perspectiva da linguagem como forma de atuação social, viria incluída naturalmente. Do jeito que está incluída nas situações comuns da interação verbal. A gramática, como vimos, não entra em nossa atividade verbal dependendo do nosso querer: está lá, em cada coisa que falamos, em qualquer língua, e é uma das condições para que uma língua seja uma língua. Não existe possibilidade de alguém falar ou escrever sem usar as regras da gramática de sua língua. (ANTUNES, 2003, p. 119).

Vemos, de acordo com a autora, que a gramática é algo que o ser humano adquire naturalmente. Adquire de acordo com suas vivências, contextos em que vive. A escola deve visar à ampliação do repertório linguístico do aluno, partindo do que ele já sabe, sempre respeitando os contextos socioculturais do sujeito e focando no texto para abordar questões relacionadas à gramática.

Sobre o ensino de gramática, a autora ainda nos diz que

Nesse quadro, o que passa a ter prioridade não é, repito, ensinar definições e os nomes das unidades, nem treinar o reconhecimento dessas unidades (mesmo em textos). O que passa a ter prioridade é criar oportunidades (oportunidades diárias) para o aluno construir, analisar, discutir, levantar hipóteses, a partir da leitura de diferentes gêneros de textos – única instância em que o aluno pode chegar a compreender como, de fato, a língua que ele fala funciona. (ANTUNES, 2003, p.120).

É notório que é importante o trabalho com a gramática nas aulas de LP, pois o aluno observa que há normas na língua e aprende como e quando fazer uso delas. Entretanto, é importante pensar essa atividade com foco no objeto de estudo da língua, ou seja, o texto. Dessa forma, o aluno compreenderá como aquelas regras funcionam e como se configuram.

Conforme Antunes (2003, p.85) “A gramática compreende o conjunto de regras que especificam o funcionamento de uma língua.” Ou seja, como aquela língua se constitui para que os falantes a utilizem para interagir e se comunicarem de forma significativa. Assim, a autora ainda nos salienta que “*não existe língua sem gramática*”. Dessa forma, observamos que para toda língua existe uma gramática, que regula a língua, a forma que é usada pelos

falantes em determinadas situações, de forma a haver uma organização na construção do texto ou comunicação feita pelo usuário da língua.

Todos que usam a língua e se comunicam perfeitamente através dela, se apóiam nas regras gramaticais, pois elas ajudam nesse processo de construção do texto. Quando alguém utiliza a língua, ele já domina algumas regras da organização da língua. Ou seja, ele já domina as sequências que as unidades gramaticais devem ocupar para que a construção textual tenha sentido. Dessa forma, o estudo da gramática vem para desenvolver a capacidade que o sujeito já tem sobre a gramática.

Sendo assim, Antunes (2003) nos diz que deve ser apresentada uma gramática que seja relevante ao aluno, que ele saiba o que está estudando e para que está estudando, que tenha relevante aplicabilidade em sua vida social. Ainda de acordo com a autora, deve-se ser estudada na sala de aula, uma gramática que faça parte do contexto social e cultural do alunado, uma gramática que instigue o interesse do aluno em estudá-la, uma gramática que permita-o saber que existem variantes na língua, e que a norma culta é só mais uma variante.

Torna-se importante destacar a diferença entre norma gramatical e o que não é norma gramatical.

Regras gramaticais são orientações de *como usar* as unidades da língua, de *como combiná-las*, para que se produzam determinados efeitos, em enunciados funcionalmente inteligíveis, contextualmente interpretáveis e adequados aos fins pretendidos de interação. [...] *não são regras de uso*, mas são apenas questões metalinguísticas de definição de classificação das unidades da língua, por exemplo, saber as subdivisões das conjunções e os respectivos nomes de cada uma; a subclassificação de cada subclasse dos pronomes e a função sintática prevista para cada um [...]. (ANTUNES, 2003, p. 86. Grifo da autora).

Notamos que há uma grande diferença entre regras gramaticais e o que não são regras. Regras gramaticais estão mais voltadas para como aplicá-las em determinado enunciado ou texto, qual a função que elas exercem e qual o efeito de sentido que possuem. Não são regras as nomenclaturas que recebem cada unidade linguística que compõe a língua, ou seja, é importante que o aluno saiba os nomes e como se classifica cada unidade, mas o ensino não deve se basear apenas nessa perspectiva.

Deve haver o estudo funcional de cada regra dentro do texto, para que o aluno perceba e compreenda qual função que cada unidade desempenha no texto. Dessa forma, o aluno também saberá como usar para determinados fins e interpretará com eficiência os mais

variados textos escritos e orais, sabendo distinguir o porquê do uso de determinado elemento gramatical num texto e não em outro.

Assim, Antunes (2003) nos sinaliza que

O conjunto de regras que, como se viu, constitui a gramática da língua, existe, apenas, com a única finalidade de *estabelecer os padrões de uso, de funcionamento* dessa língua. Ou seja, se as línguas existem para serem faladas e escritas, as gramáticas existem regular os usos adequados e funcionais da fala e da escrita das línguas. (ANTUNES, 2003, p. 89. Grifo da autora).

Percebemos então que, assim como existem campos sociais, existem regras de comportamento nesses locais, da mesma forma, existem regras de como usar a língua, de como a língua funciona e como se aplica, por isso existe a gramática, para nos explicar como a língua funciona. Por isso a importância de se trabalhar de forma contextualizada, pois somente as regras não se explicam por si mesma, não tem efeito de sentido isolado, e sim sua aplicabilidade nos enunciados e textos.

A partir das discussões feitas, fica claro que o ensino de LP deve partir do texto, levando o aluno a falar, ouvir, ler e escrever com clareza e eficiência, sabendo analisar e interpretar o que está nas entrelinhas do texto, como aplicar determinada regra gramatical e como ela funciona, a partir disso, ele entenderá como a língua se aplica, que recursos linguísticos foram utilizados para configurar determinado texto, qual a finalidade daquele texto, sabendo assim se socializar e comunicar-se em todas as esferas sociais. Assim sendo, o professor deve pensar qual o objeto de estudo da língua e, também, o objeto de estudo da gramática, para assim conseguir com que o aluno aprenda a fazer uso das regras da língua de forma significativa e eficiente.

1.1 Concepções de linguagem

Ao se tratar do trabalho com a língua, e principalmente a língua da qual fazemos uso, a língua materna, é de fundamental importância observarmos como é compreendida a concepção de linguagem, como o professor concebe a linguagem e língua, pois é a partir desse ponto que o trabalho será permeado.

Antes de nos aprofundarmos sobre a gramática no LD, se torna importante abordarmos aspectos relacionados à linguagem. Saber quais as concepções de linguagem, seus aspectos e objetivos. Para se trabalhar com questões linguísticas, segundo Oliveira e Wilson (2013) ao

escolher entre uma das concepções de linguagem, está se aderindo a aspectos metodológicos específicos, bem como práticas determinadas de trabalho, e que se torna importante observarmos questões relacionadas à linguagem nesse compasso de ensino da língua materna. Deste modo, Travaglia (2009) nos apresenta três concepções de linguagem, cada uma com aspectos diferentes, que influenciam o trabalho com a língua.

A primeira concepção abordada por Travaglia (2009) é a *linguagem como expressão do pensamento*. Segundo essa concepção, um indivíduo não se expressa bem porque não pensa, pois a expressão se constrói no interior da mente e a exteriorização é apenas uma tradução. Ou seja, o indivíduo não se expressa bem, por linguagem exteriorizada não está em consonância com a norma culta da língua.

De acordo com essa concepção o indivíduo não se expressa/comunica bem pois não articula suas ideias e não as organiza para expressá-las, conseqüentemente não forma uma comunicação ou produção efetiva, pois como nos diz Travaglia (2009)

As leis da criação lingüística são essencialmente as leis da psicologia individual, e da capacidade de o homem organizar de maneira lógica seu pensamento dependerá a exteriorização desse pensamento por meio de uma linguagem articulada e organizada. Presume-se que há regras a serem seguidas para a organização lógica do pensamento e, conseqüentemente, da linguagem. (TRAVAGLIA, 2009, p. 21).

Dessa forma, podemos notar que há regras a serem seguidas para expressão do pensamento, ou seja, a exteriorização não deve ser desarticulada, mas sim de forma organizada para que a interpretação ou comunicação seja significativa. De acordo com essa concepção, é necessário que o indivíduo organize seu pensamento para que a expressão tenha sentido efetivo aos interlocutores.

De acordo com essa concepção, a língua é homogênea, havendo apenas uma forma de expressão ditada pela gramática normativa, sendo a regra pela regra. Assim sendo, como nos diz este mesmo autor, a forma como o texto está constituído nas esferas de comunicação e interação, não depende de para quem, em que situação ou para quem se fala. Assim, podemos entender que é apenas a palavra pela palavra. Palavra que não carrega sentido ou significado.

Notamos que essa concepção de linguagem vê apenas a língua em sua norma culta, e qualquer outra forma de utilização da linguagem é desconsiderada. Desse modo, o falante que fuja a esta regra, é considerado como aquele que não pensa, não articula suas ideias para a exteriorização.

Oliveira e Wilson (2013) nos apresenta uma teoria que segue este ramo da linguagem como expressão do pensamento, é a chamada concepção *formalista*. Segundo ele

Lidar com o fenômeno linguístico nessa perspectiva é tratá-lo de modo abstrato, considerando-o objeto único de investigação. [...] Em termos de ensino, assumir uma concepção formalista significa considerar a linguagem uma entidade capaz de encerrar e veicular sentidos por si mesma, de expressar o pensamento. De modo geral, a vertente dos chamados “estudos tradicionais”, incluídos aí os gramaticais, situam-se nessa perspectiva. (OLIVEIRA e WILSON, 2013, p. 236).

Dessa forma, notamos que a linguagem na perspectiva *formalista* considera a linguagem como processo de expressar o pensamento, sem considerar sentido e significado que são expressos através da palavra ou discurso. Assim, de acordo com o autor, podemos constatar que o ensino pautado nessa concepção de linguagem, volta à teoria de prestígio da língua, ou seja, a norma culta, que por muitos anos esteve presente nas aulas de Português como única forma de falar e escrever bem.

O ensino partindo dessa concepção de linguagem, aponta para o que geralmente ainda ocorre nas aulas de LP, nas quais o aluno está diante das regras e nomenclaturas gramaticais, estudando e analisando-as nas palavras ou frases isoladas. Desta maneira, consideram que a palavra é capaz de gerar sentidos por si mesma.

Partindo deste aspecto, percebemos que a linguagem como expressão do pensamento, concebe que o indivíduo não se expressa bem pois não pensa, ou seja, não articula suas ideias para expressá-las, tudo isso levando em consideração a gramática normativa e suas regras, e o indivíduo para se expressar bem, em consonância com essa concepção de linguagem, precisa estar de acordo com a norma da gramática tradicional.

A segunda concepção apresentada pelo autor é a *linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação*. Essa concepção parte de uma perspectiva de que a língua é um código, signos que se combinam em regras capazes de transmitir uma mensagem ou informação do emissor ao receptor. Esse código, no nosso caso, seria a língua que utilizamos, o Português, e para que essa comunicação seja efetivada é importante que ambos (emissor e receptor) sejam usuários desta língua.

Podemos notar que, para essa concepção a linguagem é utilizada como meio de comunicação, o falante possui uma mensagem em seu pensamento e deseja transmiti-la ao seu ouvinte, e para isso ele utiliza o código, ou seja, a língua, e a remete. O ouvinte, também usuário da mesma língua a recebe transformando em mensagem novamente.

Dessa maneira, podemos notar que essa concepção considera a linguagem como uso real para comunicação. A língua em uso para atingir esse objetivo. Deste modo, as regras utilizadas são para a articulação das palavras para que a comunicação se efetive de forma significativa, fazendo uso tanto da norma ou da linguagem coloquial para este fim, deste que o interlocutor compreenda o código e o decodifique, acarretando a comunicação entre ambos, emissor e receptor.

A terceira e última concepção de linguagem apresentada pelo autor, é a *linguagem como forma* ou *processo de interação*. Para essa concepção o indivíduo utiliza a língua não só como expressão e tradução do pensamento ou para comunicação transmitindo informação, mas sim “realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor)”. (TRAVAGLIA, 2009, p. 23).

Nessa concepção podemos entender a linguagem como processo de interação humana, pois o indivíduo além de já dominar e organizar ideias para expressar o pensamento e comunicar-se com outrem, consegue atuar nas diversas situações de comunicação, e lugares sociais em que esteja inserido, falando e ouvindo de acordo com as “regras” estabelecidas por esses lugares sociais nos quais estão engajados.

Travaglia (2009, p. 23) nos diz que “A linguagem é, pois, um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico”

Assim, podemos considerar que a linguagem é uma forma que as pessoas utilizam para comunicar-se e interagir no mundo. Utilizando os artefatos disponíveis na língua e ocupando lugares sociais, realizando a ação de atuar sobre o outro, bem como paciente desta ação, ou seja, falando e ouvindo.

Oliveira e Wilson (2013) também nos apresentam uma concepção de linguagem que direciona para o uso real da língua. É a linguagem *funcional e pragmática*.

Sobre esta concepção os autores nos dizem que

O que a marca é a visão do fenômeno linguístico como produto e processo de interação humana, da atividade sociocultural. Segundo tal concepção, os sentidos veiculados pelas estruturas da língua têm relação motivadora, o que significa que estas são moldadas em termos daqueles. (OLIVEIRA e WILSON, 2013, p. 238).

Como podemos perceber, essa concepção de linguagem considera os usos reais da língua. O indivíduo utiliza a linguagem como processo de interação humana. Leva em conta

fatores socioculturais na efetivação dos usos da língua, para realizar a ação de interação humana.

Sabemos que cada sujeito possui especificidades, do mesmo modo acontece com língua, pois ela não é homogênea, mas sim heterogênea. Há muitas formas de utilizar a língua e cada sujeito nativo da língua Portuguesa a utiliza de forma diferente, levando em conta aspectos sociais e culturais, seja na forma oral ou escrita.

Deste modo, esta concepção considera as especificidades do uso da língua e os contextos em que os indivíduos estão inseridos. Como nos afirma Oliveira e Wilson (2013)

No âmbito da sociolinguística [...] as formas da língua são vistas como portadoras de marcas resultantes da interferência de fatores sociais, como escolaridade, localidade, sexo, profissão, entre outros. Nesse tipo de abordagem entendem-se os diversos usos lingüísticos como contextos reveladores da pluralidade e diversidade de lugares sociais ocupados pelos membros de uma comunidade. (OLIVEIRA e WILSON, 2013, p, 238).

São relevantes como uso da língua, todos os contextos em que os usuários estão inseridos, como local, sexo, profissão e escolaridade, isto é, consideram a heterogeneidade do sujeito. Como nos revelam as autoras mencionadas, há a interferência desses fatores sociais na língua e estas são importantes e precisam ser consideradas, pois constituem a língua portuguesa e mostra como ela é em todas as suas interfaces.

Dessa maneira, não há como ela ser homogênea. Há vários lugares que utilizam a língua, e há variação de lugar para lugar, levando em conta os fatores acima citados. É o que se chama no ramo da sociolinguística de variação linguística, que considera que existem várias formas de utilizar a língua, seja na fala ou na escrita.

Considerando esses aspectos, em consonância com Oliveira e Wilson (2013) e de acordo com essa concepção de linguagem, a “norma culta” ou “padrão” passa a ser apenas mais uma variação da língua, ou seja, mais uma forma de utilizar a linguagem de forma tão efetiva como as outras, sendo que esta assume um papel de modo exemplar de como a língua é usada.

Ainda de acordo com as autoras, essa questão do bom uso, está mais ligada à situação de prestígio social, político, cultural e financeiro, da comunidade falante. Assim sendo, o uso da norma culta, torna-se um aprendizado necessário para que o indivíduo possa ocupar com eficiência os lugares de prestígio.

Antunes (2003) nos diz que é importante que o professor tenha em mente qual o objeto de ensino, e partindo dele, saberá qual a concepção de linguagem adotada e assim traçar os

objetivos e as metodologias, pois como nos afirma a autora, “Toda atividade pedagógica do ensino de Português tem subjacente, de forma explícita ou apenas indutiva, *uma determinada concepção de língua.*” (ANTUNES, 2003, p. 39. Grifo da autora).

Por muitos anos o ensino de LP tem se restringido em estudar a gramática, como única possibilidade de aprender a usar o português, assumindo assim uma concepção da utilização da linguagem apenas para expressar-se. Entretanto, sabemos que a língua nos oferece muito mais que apenas expressão, mas podemos conviver e interagir em sociedade, comunicação entre as pessoas, mundos e círculos sociais.

De acordo com Antunes (2003) o ensino marcado no estudo de análises linguísticas fora de contexto, estudos de regras, configura-se, no que a autora nomeia de *linguagem ao contrário*. Ou seja, uso da escrita e verificação de regras gramaticais em palavras soltas, que não significam nada, não reflete na vida e contexto do aluno. Dessa forma, é notável que se deve estudar os termos gramaticais, as regras, mas sempre correlacionadas com o uso, aplicação dessas regras, no texto. Podendo ser trabalhadas na leitura, escrita e oralidade, assim o aluno verá o uso, para que serve, o porquê de estudarem determinadas regras gramaticais.

Antunes (2003) nos revela que há duas tendências que marcam os aspectos da linguagem. A primeira delas definida pela autora, refere-se a uma tendência centrada na língua, conjunto de regras, desvinculada das condições de produção. Ou seja, o ensino voltado para o estudo da gramática tradicional. A segunda, trata-se de uma tendência marcada pela língua enquanto ato social, atividade de interação verbal entre dois sujeitos, tornando assim um sistema-em-função, vinculado às situações concretas de utilização. (ANTUNES, 2003, p. 41). Isto é, considera o sujeito usuário da linguagem, como ser que interage e se comunica, fazendo uso dos artefatos que a língua dispõe em seus contextos sociais.

Sobre a linguagem com interação utilizada nas aulas de português, esta autora nos afirma que

[...] essa segunda tendência teórica possibilita uma consideração mais ampla da linguagem e, conseqüentemente, um trabalho pedagógico mais produtivo e relevante. Ou seja, a evidência de que as línguas só existem para promover a interação entre as pessoas nos leva a admitir que somente *uma concepção interacionista da linguagem*, eminentemente funcional e contextualizada, pode, de forma ampla e legítima, fundamenta um ensino da língua que seja, individual e socialmente, produtivo e relevante. (ANTUNES, 2003, p. 41. Grifo da autora).

Podemos notar que, a concepção de linguagem como expressão do pensamento, está voltada à corrente estruturalista da língua, a qual segundo Martelotta (2013), nos afirma que o

estruturalismo é uma tendência linguística, que observa a estrutura da língua, unidades menores que se transformam em unidades maiores. Desse modo, o estudo da língua a partir dessa concepção, visa observar como a língua se constitui e como se organiza.

Assim, podemos notar que o ensino partindo da concepção estruturalista, é uma forma expressão do pensamento. Ou seja, como se estruturaram as palavras, que se organizaram em partes maiores e constituíram o pensamento exteriorizado. Dessa maneira, o indivíduo que não organiza seu pensamento, não se expressa bem. E isso implica em um ensino pautado em aprender/ensinar o bom uso da língua, para se expressar corretamente, ou seja, língua diferente da fala, proporcionando ao aluno apenas uma visão de língua “correta”, sem a linguagem oral.

No que tange à segunda concepção de linguagem, linguagem como instrumento de comunicação, podemos observar que esta visa um uso de língua como fonte de comunicação, ou seja, segundo a teoria gerativista, o indivíduo aprende a língua de acordo com o ambiente em que está inserido. De acordo com Martellota (2013), o aluno pratica, nos atos de comunicação, a competência que tem sobre a língua, deste modo, o ensino pautado nesta concepção, acarreta em um ensino no qual o aluno utilizará a língua apenas para fins comunicativos, não haveria interação social.

Dessa maneira, fica claro que a concepção de linguagem interacionista, a linguagem usada para interagir socialmente e para comunicação entre os sujeitos usuários da língua, proporciona ao aluno, um grande arcabouço de conhecimento sobre a língua, em todos os âmbitos que a língua perpassa, na linguística ou gramatical, textual, a oralidade e a leitura, pois envolve a linguagem usada nesses eixos, linguagem que gera sentidos e significados aos falantes, o aluno estaria em contato direto com a produção e com a língua em uso.

É notório a importância que a escola e o corpo docente adotem a concepção interacionista da linguagem. Que o professor tenha em mente qual o objeto de estudo a qual se destina a estudar, e a partir dele observar qual a concepção de linguagem que engloba, e assim, traçar metodologias para o ensino e objetivos a serem alcançados, visando à aprendizagem do aluno, na utilização da língua, em todos os seus eixos, com eficiência.

1.2 Concepções de gramática

Sobre a gramática Martellota (2013) nos apresenta dois sentidos de conceitos de gramática. No primeiro que a gramática é um conjunto de elementos que compõem a língua, ou seja, elementos que constituem a língua, o que rege, regras que compõem deste de

pequenas unidades a macro unidades. O segundo conceito definido por Martellota (2013) a gramática diz respeito aos estudos que buscam analisar e descrever esses elementos que compõem a língua. Ou seja, são estudos de base teórica, para verificar como a língua funciona.

“A gramática teve origem na Grécia, os filósofos queriam entender alguns aspectos associados à relação entre linguagem, o pensamento e a realidade.” (MARTELLOTA, 2013, p. 45). Desse modo, os gregos utilizavam a gramática para o uso da retórica, bem falar em público e nos debates jurídicos, assim foi se enraizando a ideia de que a única forma de bem falar e escrever seria a partir dos estudos gramaticais da língua.

Tratando-se de ensino com a gramática, se torna importante destacar qual a concepção de gramática, para que haja uma melhor compreensão e conceber o trabalho com a gramática de forma diferente e didática, pois, ainda hoje o trabalho com uma noção de gramática tradicional, é o que tem dominado nas aulas de Língua Portuguesa nas escolas.

Como nos afirma Camillo (2007)

Do mesmo modo que a concepção de linguagem direciona o professor em seu fazer pedagógico, no ensino de gramática não é diferente; o docente segue a concepção que ele traz consigo do que, para ele, seja a gramática e, conseqüentemente, do que significa “saber” gramática. (CAMILLO, 2007, p. 60).

No âmbito do ensino de gramática nas salas de aula, apesar de vários estudos nesse viés, ainda predomina o ensino direcionado apenas ao estudo da gramática, das regras exceções que a regem. Torna-se importante ressaltar que, o estudo da gramática na sala de aula, no ensino de língua é importante, entretanto, se faz necessário observar que concepção de linguagem o professor visa lecionar e conseqüentemente, uma concepção de gramática que atenta ao que se espera do uso da língua pelos falantes, uma língua utilizada para comunicação e interação nos diversos âmbitos sociais.

Segundo Travaglia (2009) há três concepções de gramática. A primeira concebe que a língua

[...] é só a variedade dita padrão ou culta e que todas as outras formas de uso da língua são desvios, erros, deformações, degenerações da língua e que, por isso, a variedade dita padrão deve ser seguida por todos os cidadãos falantes dessa língua para não contribuir com a degeneração da língua de seu país. (TRAVAGLIA, 2009, p. 24).

Notamos, que essa concepção de gramática, vê a língua utilizada apenas para expressar o pensamento, que há regras a seguir para expressar-se adequadamente, segundo

essa concepção. É vista como um manual de regras do bom uso da língua, para serem usadas pelos falantes para se expressarem bem e adequadamente, de acordo com a norma culta, não considera a fala coloquial ou a variação linguística existente. É a que geralmente é considerada *Gramática normativa*.

Outro ponto importante a se destacar nessa concepção de gramática normativa, é que “as normas de bom uso da língua são baseadas no uso pelos bons escritores e, portanto, ignoram as características da língua oral.” (TRAVAGLIA, 2009, p. 25).

A oralidade é deixada de lado, o uso real da linguagem não é considerado, sendo visto como “erro” qualquer atividade verbal que fuja das regras gramaticais normalistas, gerando o preconceito linguístico a utilização da forma oral coloquial da língua.

Antunes (2007) nos afirma que a gramática na perspectiva tradicional

[...] É particularizada, ou seja, não abarca toda a realidade da língua, pois contempla apenas aqueles usos considerados aceitáveis na ótica da língua prestigiada socialmente. [...] Tais definições não são feitas por razões propriamente linguísticas, quer dizer, por razões internas à própria língua. São feitas por razões históricas, por convenções sociais, que determinam o que representa ou não o falar social aceito. [...] existem usos que ganharam mais aceitação, mais prestígio que outros, por razões puramente sociais, advindas, inclusive, do poder econômico e político da comunidade que adota esses usos. (ANTUNES, 2007, p. 30).

Dessa forma, a gramática tradicional é pautada no bom uso da linguagem, no que se refere à norma culta. Como percebemos por ela é considerada a esfera social de prestígio, utilizada por escritores consagrados que utilizam a linguagem de maneira organizada, seguindo as orientações da gramática normativa, ou pessoas que estão no alto da pirâmide social. Assim, é fixada a ideia de que o usuário da língua apenas fala e escreve bem se estiver em consonância com a gramática normativa, seguindo as normas de bom uso por ela ditada.

Nessa perspectiva, (MARTELOTTA, 2013, p. 47) nos revela que “qualquer atitude de valorizar uma variação em detrimento de outra implica critérios de natureza sociocultural, e não critérios linguísticos.” Ou seja, a forma correta de bom uso da língua deve levar em consideração aspectos sociais e culturais dos falantes, e não apenas aspectos gramaticais. Desse modo, toda forma de utilização da linguagem, desde que esteja bem articulada e com sentido, é “correta”, pois cumpriu o papel de ação comunicativa interacional.

Dessa forma, saber gramática, de acordo com Travaglia (2009), significa que você conhece as normas que regem essa concepção sobre a linguagem, necessariamente você sabe escrever e falar bem, de acordo com a concepção de gramática normativa, mas toda forma de

falar e escrever, de forma articulada e coerente, tendo em vista um objetivo de comunicação e interação entre dois falantes, é uma forma de saber usar a oralidade e a escrita.

Sabendo que a linguagem é interacionista, de acordo com Antunes (2003), a linguagem é dialógica, pois os usuários se comunicam e interagem através dela, é importante que o usuário saiba quando e onde utilizar a norma culta da língua, senão aquele texto não terá sentido - nem mesmo utilizando a norma culta -. É preciso organizar a fala sempre pensando para quem se fala, o local onde o texto será proferido, levando em consideração os contextos socioculturais dos envolvidos para que ação verbal seja realizada.

A segunda concepção destacada pelo autor é a *gramática descritiva*. Diferentemente da normativa, esta gramática faz uma descrição de como funciona a língua e como ela se estrutura, segundo Travaglia (2009), observando sua forma e função. Seria a língua em uso.

A gramática descritiva, observa como os falantes utilizam a língua materna para se comunicarem e viver em sociedade. Observam o que rege a linguagem utilizada, como ela funciona, considerando toda e qualquer variedade existente. Assim, de acordo com Travaglia (2009) *Gramatical*, de acordo com essa concepção, “será tudo o que atende às regras de funcionamento da língua de acordo com determinada variedade linguística.” (TRAVAGLIA, 2009, p. 27).

Podemos perceber que diferentemente da normativa, a gramática descritiva valoriza a língua oral, como os falantes falam, como acontecem os enunciados e sua finalidade, ou seja, valorizam mais como se fala e se a comunicação foi concluída e compreendida. O que importa é como a língua funciona, na prática. Nesta, há descrições dos fatos da língua, mas também possui regras de uso, entretanto, não são regras “padrão”, mas sim que atentam a determinada variação linguística, dessa forma, separa-se o que é gramatical e o que não é gramatical.

De acordo com Franchi (2006) a gramática

É um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos da língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical.

“Saber gramática” significa, no caso, ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticalidade. (FRANCHI, 2006, p. 22).

É notável que a gramática na concepção descritiva, concebe a linguagem como forma de utilização da língua para fins comunicativos. Tudo o que envolve as situações de uso pelos

falantes, são nas condições de produção que se estabelecem regras, de modo a distinguir o que é “certo” ou “errado”. Deste modo, se o falante se comunica adequadamente, de modo que o interlocutor compreenda e interprete o código, este é considerado conhecedor das regras descritivas.

Observamos que essa concepção de gramática concebe a língua como instrumento utilizado para comunicação entre os falantes. Dessa forma, os usuários da língua em situações reais de uso da linguagem, delimitam e obedecem às regras para que a comunicação seja efetivada. Os estudiosos da gramática descritiva, procuram descrever como funciona a linguagem, como se estrutura, como é usada pelos usuários, e descrevem as regras que regem essa concepção, quais as palavras e textos utilizados, quais os sentidos e significados que existem.

A terceira concepção de gramática é a denominada *gramática internalizada*. Segundo Travaglia (2009) para essa concepção,

não há o erro linguístico, mas a inadequação da variedade linguística utilizada em uma determinada situação de interação comunicativa, por não atendimento das normas sociais de uso da língua, ou a inadequação do uso de determinado recurso linguístico para a consecução de uma determinada intenção comunicativa que seria melhor alcançada usando-se outro(s) recurso(s). (TRAVAGLIA, 2009, p. 29).

Esta concepção de gramática, considera o que já sabemos e conhecemos sobre a língua, ou seja, parte daquilo que já dominamos e usamos quando necessário. O que nela se pede é a adequação da linguagem a determinado espaço social no qual o falante esteja inserido, para que a comunicação e interação sejam aceitas e compreendidas.

Segundo Franchi (2006)

A linguagem [...] é um patrimônio característico de toda a humanidade. Uma propriedade do homem, independentemente de fatores sociais, de raça, de cultura, de situação econômica, de circunstâncias de nascimento ou de diferentes modos de inserção em sua comunidade. (FRANCHI, 2006, p. 24).

Notamos que a linguagem é algo que aprendemos de acordo com a comunidade falante em que estamos postos, temos essa capacidade da linguagem e aprendemos de acordo com fala em uso no contexto em que estamos inseridos. Deste modo, notamos também que não há uma linguagem superior a outra, todas são iguais e merecem ênfase no estudo da língua, todas, da culta a coloquial, tem seu poder de aprendizagem, desde que atinja o objetivo de interação comunicativa entre os falantes.

Deste modo, Franchi (2006) ainda nos diz que “[...] todo falante, independentemente da modalidade de linguagem de que se sirva, possui uma gramática interna (de natureza biológica e psicológica) ou, pelo menos, a interioriza já em tenra idade, a partir de suas próprias experiências linguísticas.” (FRANCHI, 2006, p. 25). Ou seja, já adquirimos a linguagem desde pequenos, ou seja, já possuímos uma gramática nossa, que construímos de acordo com o que vemos e vivemos, e vamos armazenando e utilizamos para nos comunicarmos, utilizando a linguagem que possuímos. Assim, vamos aperfeiçoando e adquirindo mais competências linguísticas, com experiências e contato com outras pessoas, outros mundos, com textos orais e escritos.

Sobre isso Antunes (2007) nos diz que “Qualquer pessoa que fala uma língua fala essa língua porque sabe a sua gramática, mesmo que não tenha consciência disso.” (ANTUNES, 2007, p. 26). Assim, todo usuário da língua, quando começa a utilizá-la, sabe como funciona, o que a rege, de acordo as interações que vivencia no seu âmbito familiar, sabendo responder de maneira lógica, uma pergunta que lhe tenha sido feita ou pedir algo. Dessa forma, sabendo que o indivíduo já possui uma gramática interna, o professor poderá partir dela, e proporcionar atividades que habilite e amplifique a competência linguística, textual e a oralidade.

Por isso, a importância de se trabalhar com a concepção de linguagem como interação, para que o indivíduo amplie seu arcabouço linguístico, partindo da gramática internalizada que possui, mostrando as nuances em que a língua perpassa, as várias formas de utilizar a linguagem e como ela varia, para que este sujeito observe que a língua é heterogênea.

Pudemos observar, dentre várias, três concepções de gramáticas que podem ser utilizadas pelo professor na sala de aula, dependendo do objetivo que deseja alcançar. É importante que o aluno tenha conhecimento desses três modos em que se concebe a gramática, para que possa desfrutá-las quando necessário e não ficar preso somente à norma culta da língua, dessa forma, podendo comunicar-se e interagir de vários modos com outros falantes.

1.2.1 Gramática contextualizada

A noção de gramática que considera os aspectos que a envolvem, ou seja, o contexto em que é utilizada, o sentido que determinada palavra desempenha em um dado texto, trata-se

da *gramática contextualizada*. Sobre a gramática contextualizada, Antunes (2014) nos apresenta seu significado. Conforme a autora:

a gramática, enquanto elemento constitutivo das línguas, *é sempre contextualizada*, uma vez que nada do que dizemos – oralmente ou por escrito – acontece em abstrato, fora de uma situação concreta de interação. Existe sempre um *contexto*, uma situação social qualquer, onde pode assumir um determinado *sentido* e cumprir uma determinada *função comunicativa*. O contexto é parte – parte de dentro - da ação de linguagem, de maneira que os sentidos pretendidos decorrem também dos elementos contextuais vivenciados.” (ANTUNES, 2014, p.39-40. Grifo da autora).

Dessa forma, podemos entender que a língua se constitui com uma relação de situação social do uso da linguagem. Os indivíduos que fazem uso da língua, interagindo com o social e o que ela exige, vão construindo a sua própria linguagem, isto é a linguagem é feita pelos falantes e para os falantes. Com isso, se faz necessário compreender as nuances em que a língua passa e entender como ela acontece.

Partindo dessa perspectiva, é fundamental que o aluno, nas aulas de LP, esteja envolvido em situações reais de interação com os colegas e com o texto, e que esse texto lhe apresente significados reais de acordo com o mundo em que vive, que permita que o aluno interprete-o partindo do que já conhece, e posteriormente, eleve seu nível de conhecimento, partindo para um mundo maior.

Antunes (2014) nos afirma que

toda atuação verbal – da qual a gramática é parte substancial – é irremediavelmente *contextualizada, situada*, ou seja, acontece numa dada situação social; é também irremediavelmente *contextualizada*, no sentido de que cada unidade vale pela relação com as outras e com todo. (ANTUNES, 2014, p. 40)

Assim notamos que, o estudo partindo de uma perspectiva contextualizada, além de permitir ao aluno interagir e refletir sobre o contexto em que está inserido, também aprende que cada unidade menor de palavra, constrói um todo, relacionando-as e construindo uma unidade com sentido e significação. E gramática é essencial nos estudos, pois contribui para que o aluno conheça como funciona a língua, as funções de cada unidade linguística no texto. Assim, ele conseguirá construir textos significativos e organizados, a gramática contribui para a construção dos textos.

O aluno irá compreender, de acordo com a gramática contextualizada, segundo Antunes (20014) que, nenhuma palavra ou texto é dito fora de contexto. Tudo que proferimos

está dentro de um contexto específico, e a interpretação também dependerá desse contexto, dos envolvidos na situação comunicativa, ou seja, na utilização da linguagem sempre partiremos do contexto em que estamos e do nosso conhecimento, para expressarmos significativamente bem e que possamos compreender a fala do outro.

Antunes (2014, p. 40) nos salienta ainda que “o contexto é a parte do poder de significação da linguagem”. Ou seja, é a partir do contexto que compreendemos determinadas falas, e interpretamos determinados textos, compreendemos porque foi escrito ou proferido de determinada maneira. Desse modo, se faz importante o ensino de forma contextualizada para que o aluno saiba compreender em que situação ele está, e que ele consiga perceber o momento de uso da linguagem adequada para a situação.

Por muito tempo o objeto de estudo da língua portuguesa estava ligado ao ensino da gramática normativa nas escolas, trazendo a língua culta, mostrando como ela acontecia, trabalhando as questões gramaticais de forma isolada, em frases soltas. Isso fazia com o aluno fosse colocado a decorar as regras para fazer uso delas, ou seja, os alunos não eram colocados a entender como funcionava a língua/linguagem, em determinada situação e não produziam textos eficientes quando colocados para produzir. Ou seja, não havia uma explicação de por que se estava estudando as regras, nem para que serviam, os alunos não eram colocados diante de situações de interação e em contato com o texto, para observarem como funcionava a língua e como era construída.

Partido dessa análise, segundo Antunes (2014) foram propostas pelo PCN de 1998, orientações de que o uso da língua se desse através de textos orais e escritos, que o texto fosse a base do ensino. Entretanto, o que ainda ocorre é o foco no estudo da gramática tradicional, analisando frases soltas e isoladas de contextos, pois utilizam o texto para dele retirar as frases a serem analisadas.

Como nos diz Antunes (2014), a língua só se efetiva em texto, então é o texto que deve ser tomado como objeto de estudo, ou seja, o componente principal da linguagem é a interação, e o componente principal do ensino do ensino de LP, é o texto.

Dessa forma, a autora citada acima, nos orienta que a gramática contextualizada

Seria uma *perspectiva de estudo dos fenômenos gramaticais*, ou uma estratégia de exploração do componente gramatical do texto, tomando, como referência de seus *valores e funções*, os *efeitos* que esses fenômenos provocam nos diversos usos da fala e da escrita. (ANTUNES, 2014, p. 46. Grifo da autora).

Como podemos notar, o ensino com a gramática contextualizada aborda o que compõem a estrutura do texto, os fenômenos gramaticais utilizados para compor e organizar o texto, verificando as funções e sentidos que esses fenômenos desempenham no texto.

Dessa maneira, Antunes (2014) nos diz que

A pretensão em recorrer ao estudo de uma gramática que possa ser caracterizada como contextualizada decorre do ponto de vista de que *todos os fatos gramaticais somente se justificam e se explicam nos contextos (situacionais e verbais) em que as ações de linguagem ocorrem. [...] A relevância dessa gramática contextualizada está, exatamente, na decisão de não isolar os elementos gramaticais de outros lexicais ou textuais, mas, ao contrário, ver a gramática tecendo, junto com outros constituintes, os sentidos expressos.* (ANTUNES, 2014, p. 46-47. Grifo da autora).

Dessa forma, como já foi visto, o objeto da língua portuguesa deve ser o texto, pois tudo que falamos é determinado por um contexto específico, da mesma maneira os usos linguísticos também são postos em prática devido um contexto em que o falante está inserido. Assim, a gramática acontece junto com o uso, junto com o contexto em que é utilizada, a gramática colabora para a construção do texto oral e escrito, junto com o objetivo que se tenha a atingir, com a intenção, sentido que deseja expressar, de forma que o leitor/ouvinte consiga interpretar.

Em vista disso, Antunes (2014, p. 27) nos diz que “a gramática é necessária, mas não é suficiente”. Ou seja, é necessária nos aspectos de que precisamos dela para a construção sintática, lexical e semântica do texto. Não é suficiente, no sentido de que regras por regras, e palavras por palavras soltas e isoladas não constituem a linguagem, não têm sentido.

Ainda nessa perspectiva, Geraldi (1996) nos afirma que a gramática é necessária para que os indivíduos, usuários da língua, consigam estudá-la, pois, de acordo com o autor, para que se possa utilizar a oralidade e a escrita de forma satisfatória e coerente é fundamental que se construa enunciados em contextos adequados.

Abordar o ensino de forma contextualizada permite ao aluno compreender as várias vertentes que a língua perpassa, bem como compreensão de leitura de forma significativa, compreendendo o texto e como a língua se aplica e funciona nele. Isso fará com que o aluno se sinta motivado a ler e a conhecer novos signos utilizados na língua.

Nesse contexto, se faz importante que o professor de Língua Portuguesa se desprenda do método de ensino focado exclusivamente para o ensino de gramática, observando suas funções e aplicações apenas de forma isolada e passe a trabalhar com o texto e nele, realizar análises gramaticais, proporcionando ao aluno o contato com o texto e a hegemonia da língua

Faz-se importante destacar que, tal posicionamento do profissional de ensino da Língua Portuguesa é incentivado nos PCN's desde sua primeira publicação, no ano de 1995, no qual a orientação é que o professor priorize como método de ensino o texto, viabilizando os eixos orais e escritos da língua. Desse modo, observa-se que, sendo o texto um meio que interliga contexto, interlocutores e intenções de discurso, entre outros aspectos que perpassam, nota-se um pedido a um ensino que haja contextualização.

1.3 Livro didático de Língua Portuguesa

O livro didático, como sabemos, é uma ferramenta que auxilia o trabalho do professor na sala de aula, não é um manual que contém regras e dita o que o professor deve ou não fazer, mas apresenta os conteúdos de forma organizada para cada nível de ensino, proporcionando ao aluno o contato com o conteúdo, dessa forma, o professor deve observar como é abordado o conteúdo de LP e elaborar a metodologia de ensino.

O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) é responsável por analisar os livros, observando os conteúdos abordados e avaliando os mesmos para assim garantir uma melhor qualidade no ensino. Com a participação do Ministério da Educação (MEC) nas discussões dos livros didáticos, este teria que apresentar uma proposta pedagógica respeitando as propostas dos PCN's. Tudo isso para que houvesse uma sistematização da qualidade dos livros que seriam utilizados na escola, buscando assim, uma educação de qualidade, por meio da qual os alunos fossem sujeitos capazes de ocupar todos os âmbitos sociais, sendo sujeitos críticos e atuantes.

O livro, segundo Santo (2016, p. 2), “é um material didático bom nas mãos do professor e dos alunos faz muita diferença para o processo de aprendizado”. Percebemos que o LD auxilia ao professor nas aulas, bem como ajuda ao aluno nos estudos, contribuindo para aprendizagem deste.

Santo (2016) nos salienta que

material didático há de ser motivador da aprendizagem, de modo que instigue o aluno a almejar aprender, estruturador, de modo a organizar os conteúdos, de certa forma, configurando sua distribuição. E ainda controlador ao estabelecer um processo de ensino-aprendizagem com começo, meio e fim. E, sem dúvida nenhuma, necessita que seja comunicativo na medida em que ele abra portas para que os alunos se comuniquem uns com os outros, para que os alunos pesquisem, não se atendo somente ao livro didático, utilizando outros mecanismos para buscar informações sobre determinado assunto. (SANTO, 2016, p. 4).

Assim, vemos que o material didático, bem como o LD, devem fornecer e proporcionar subsídios para o professor trabalhar na sala de aula, visando um ensino produtivo e significativo do aluno, de modo que ele compreenda e saiba porque está estudando determinado conteúdo e que este tenha sentido para que o aluno possa interagir socialmente.

Segundo Brasil (2007)

O livro didático é um dos mais fortes e influentes recursos encontrados nas escolas brasileiras. Cabe a ele um papel bastante relevante: o de apresentar às crianças o mundo da escrita e sua forma peculiar de construir conhecimentos que são socialmente reconhecidos, legitimados, valorizados. E é essa legitimação social que faz com que seja o livro, ainda que em realidades culturais materialmente desenvolvidas, a âncora das práticas pedagógicas (BRASIL, 2007, p. 89).

Com isso, notamos o quanto que o LD contribui para o estudo, agregando conhecimento ao aluno, pois por meio dele o aluno passa a conhecer novos mundos, tanto escrito como no visual, aprende que as imagens também permitem uma leitura. Contribui com ensino-aprendizagem do aluno desde o ensino fundamental até o ensino médio, oferecendo a cada nível, uma gama de conhecimento. E, de acordo com o autor, sendo ele um influenciador nas escolas, é importante que o livro ofereça um ensino de qualidade e coerente em seus conteúdos e abordagens, para que assim o aluno possa obter um ensino relevante e significativo, que contribua para o seu crescimento sociocultural.

O estudo sobre o livro didático tem crescido muito, e de acordo com PCN (2011) isso acontece pelo fato de que

O livro didático representa apoio ao professor, por vezes, o apoio mais acessível, o que implica a demanda da escola por livros que, de fato, priorizem a ampliação das competências dos alunos na produção e recepção das diferentes práticas das diversas linguagens (BRASIL, 2011, p. 89).

Dessa forma é importante que a escola disponha de livros para todos os alunos em seus diversos níveis de ensino, para que, através do livro, possam ter acesso as formas e estudos da língua portuguesa.

Nessa conjuntura, Brasil (2007) ainda nos diz que

É necessário escolher, da forma mais qualificada possível, os livros didáticos que irão participar da vida escolar de seus estudantes. Devemos utilizá-los de forma crítica, de modo que atuem como apoios didáticos e não como condutores do processo de ensino-aprendizagem e fazendo-o interagir com

os demais materiais e equipamentos didáticos relacionados aos temas em curso (BRASIL, 2007, p. 90).

Desse modo, torna-se fundamental destacar a necessidade de uma escolha do livro que será usado na escola de forma criteriosa, averiguando em quais concepções de ensino o livro está fundamentado e quais conteúdos o LD dispõe ao aluno, tendo em vista que este objeto irá fazer parte da vida escolar e, portanto, dos estudos do aluno, e observar se o LD está aberto a proporcionar um ensino de forma interdisciplinar, para assim contribuir ainda mais para a aprendizagem do estudante.

Sabendo que o livro didático tem papel fundamental no que se refere ao ensino e processo de aprendizagem do aluno, pois este atua como auxílio para os estudantes, se faz necessário destacar a importância do professor nesse aspecto, pois este é responsável por averiguar o que o livro propõe e pensar de que forma abordar o conteúdo de maneira que possa alcançar o objetivo de aprendizagem efetiva por parte dos alunos, é preciso retirar do livro a função de encaminhar o ensino, e sim usá-lo como apoio para alcançar o objetivo de aprendizagem.

Na perspectiva de uso do LD na sala de aula Fernandes (2010) nos sinaliza que

Os livros didáticos apresentam ao aluno na escola não somente uma coletânea de textos/gêneros selecionada e considerada relevante de acordo com o projeto autoral e editorial, como faria uma antologia, mas também exercem sobre esses mesmos textos, por meio das propostas de atividades de compreensão, leituras específicas que podem conduzir o aluno à percepção e à compreensão por certas vias e não outras. (FERNANDES, 2010, p. 23)

Vemos que o LD também propicia leitura ao aluno, o que favorece o crescimento de um repertório linguístico e conhecimentos de mundo, sociais e culturais, podendo também, por meio dos textos, exercitar a oralidade. Proporciona que o aluno reflita, analise e interprete os textos, de modo que observe a sua estrutura e composição gramatical dos textos e a linguagem usada por eles, e, a partir disso, construir textos de gêneros específicos. E que consiga também, através da leitura e interpretação, fazer relação com outros textos ou situações vividas.

De acordo com Santo (2016)

O livro didático deve refletir os usos da língua. Isso implica dizer que ele não poderá ficar restrito apenas a um registro, a trabalhar trechos de textos literários ou textos jornalísticos. Ele deve refletir os usos dessa língua, seja por meio do uso coloquial, numa conversa entre amigos, colegas, seu uso literário, jornalístico, enfim. Portanto, ele necessita ser abrangente nesse aspecto. Além disso, precisa facilitar o processo de aprendizagem,

corresponder às necessidades do estudante, englobar um trabalho com a escrita que seja determinada para o educador, que o auxilie a desenvolver as habilidades com os alunos de modo a trazer exercícios variados, estruturados, com propostas diferenciadas e com etapas de construção diferenciadas. (SANTO, 2016, p. 9-10).

Como podemos perceber, o livro sendo um auxílio ao professor deve fornecer conteúdos adequados e que proporcionem reflexão da língua em uso para que assim o estudante possa comunicar-se e interpretar mensagens, é importante também que o LD aborde aspectos linguísticos/gramaticais com discussões sobre a contribuição dos sentidos gerados através destes, bem como da sociolinguística com a variação da língua com discussões de forma dialogada para que o aluno compreenda que a língua muda e que existem várias formas de usá-las e saiba fazer uso delas nos momentos reais de comunicação e interação. É fundamental que apresente a maior diversidade de textos e gêneros possíveis para que o aluno possa ter conhecimento da linguagem em cada um, vendo qual deles exige linguagem específica, culta ou coloquial, para atender o objetivo ao qual se destina e para a efetiva comunicação, bem como possa produzir esse textos/gêneros com eficiência.

Segundo Vesentini (2007, p.166) “O livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida.”. Desse modo, o livro didático seria fonte de conhecimento finalizado, isto é, o indivíduo não poderia questioná-lo, não haveria subjetividade, seria uma forma pronta e acabada de ensino, e é o que muitas vezes acontece com ensino nas escolas, o livro é tido como guia do ensino.

É importante ressaltar que o livro didático traz vários benefícios para o trabalho do professor e ajuda nos estudos dos alunos, seja em sala de aula ou em casa. Entretanto, é necessário retirar dele o poder de “decidir” como e o que vai ser ensinado. Como nos diz Lajolo (1996), o livro didático assume atualmente um dos principais papéis na educação e, por vezes, acaba determinando as estratégias de ensino, o que é ensinado e como é ensinado. Dessa forma, o Livro Didático deve aparecer como subsídio para o professor e para o estudante, e deve ser usado para fins didáticos de exploração do conteúdo.

Como podemos perceber, o LD proporciona aprendizagem ao aluno em vários âmbitos, tanto escolares, com estudo de texto/gêneros e gramática, proporcionando reflexões e discussões da linguagem oral e escrita, discussões acerca de acontecimentos da sociedade, contribuindo para o crescimento crítico e ético do aluno/sujeito pra interagir no meio social, mas é importante concebê-lo apenas como auxílio.

Segundo Dias (2002) existem duas linhas de trabalho com a gramática em livros didáticos. Os de linha conservadora que apontam a temática das unidades gramaticais, classificação de palavras, ainda que esses estudos estejam associados ao texto, ou seja, apresentam e definem a classe gramatical estudada, mesmo que esse estudo aconteça através do texto. E outros de linha mais inovadora, não definem ou especificam o tópico ou classe gramatical estudada, nestes, a gramática é abordada nas atividades, e não é mencionado que elemento gramatical está sendo estudado, ou de que determinada palavra está sendo analisada em sua condição gramatical.

No que concerne ao LD e o ensino de LP, e no que se refere à gramática, notamos que muitas vezes o conteúdo de português que o livro didático aborda, ainda está muito enraizado nesse método de gramática de forma isolada, como nos diz Cintra (2011, p. 200) “Prevalece ainda uma formação gramatical que focaliza regras descontextualizadas do processo de comunicação, talvez por ser mais fácil. Com relação ao Brasil, as escolas particulares são mais trabalhar com regras, já que elas permitem o certo e o errado.”

O método de trabalhar de forma descontextualizada do texto, se torna mais fácil, entretanto, isso não garante que o aluno tenha compreendido o real sentido e significado do que foi abordado pelo professor. É fundamental que o LD, descentralize o ensino de LP do estudo puramente das regras gramaticais, e enfoque da disposição de textos, permitindo que o aluno abstraia e aprenda os eixos em que está o uso da língua materna.

Assim, esse modelo de ensino sem considerar o sentido e uso da língua e gramática, contribui, segundo Loura (2003) para que as aulas de LP sejam

Silenciosas, sistemáticas e opressora. Silenciosa, porque o aluno pouco ou nada se manifesta como falante da língua nativa, uma vez que a gramática internalizada é subestimada. Não sendo a fala do aluno valorizada, ele se retrai. Sistemáticas, haja vista os professores seguirem, à risca, e sem critérios a gramática tradicional, obrigando o aluno a decorar regras e exceções impostas pela norma padrão, além disso, os professores limitam-se a trabalhar exercícios mecanizados e leituras sem objetivos pedagógicos pré-estabelecidos. Opressoras, por manipular os alunos com ideologias, geralmente, através do livro didático ou apostilas. (LOURA, 2003, p. 2).

Nessa metodologia de ensino em que a gramática é imposta aos alunos, quando não há discussões acerca da funcionalidade da gramática e o que ela oferece de valor semântico na elaboração do texto. Não existe diálogo na sala de aula, não há questionamentos dos alunos diante do que está sendo exposto, pois estes consideram que a gramática tradicional e a linguagem usada por meio dela, é a única válida, apenas o que é mostrado é sintaxe ou

morfologia, além de ser um ensino fundamentado apenas ao que o LD dispõe, e os conteúdos deste, muitas vezes não corresponde ao que se objetiva ao ensino de LP e seus eixos.

Ainda sobre o LD e o ensino da gramática, no tocante as atividades gramaticais, Neves (2002, p. 241) nos diz que prevalece “atividades de simples rotulação, reconhecimento e subclassificação de entidades (classes ou funções); essas atividades se apoiam em uma prévia definição das entidades, oferecida como acabada, pretensamente inequívoca, absoluta [...]”. Dessa forma, o aluno não vê a função das classes gramaticais em uso, nem o sentido que elas atribuem no processo de construção do texto, são atividades que não proporcionam reflexão ao aluno sobre os usos da língua nem da gramática.

2 A ABORDAGEM DA GRAMÁTICA NO LIVRO DIDÁTICO DA 2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

O livro didático “*Língua Portuguesa: linguagem e interação*” da 2ª série do ensino médio, de autoria de Faraco, Moura e Maruxo Jr., objeto desta pesquisa é dividido em quatro unidades. Na primeira e segunda, são abordados aspectos relacionados ao romance; romance romântico e o realismo-naturalismo nas narrativas. Já na terceira e quarta unidades são apresentadas questões voltadas para paisagens urbanas em gêneros como artigos científicos, reportagem, anúncio publicitário e ensaio, bem como narrativas com foco no período pré-modernista da literatura brasileira.

Percebemos, pela divisão das unidades, que o LD foca bem em textos narrativos, textos da literatura e de outros âmbitos. Não vemos uma unidade separada apenas para o estudo da gramática. Quando adentramos o olhar nos capítulos, percebemos que o livro divide uma parte para o estudo dos textos e outra destina-se para a apresentação do aspecto gramatical. O livro apresenta muitos textos dos mais variados possíveis, vários textos literários, o que proporciona ao aluno contato com a leitura e a literatura. Entretanto, em alguns capítulos o LD apresenta, tanto romances como poemas, apenas trechos das obras, deixando uma lacuna de conhecimento e abordagem do texto como um todo.

No que se refere à gramática, o livro apresenta em todos os capítulos, um subtítulo *Língua – análise e reflexão*, que trata de aspectos relacionadas ao estudo da gramática. Ao nos depararmos com esse subtítulo do capítulo, percebemos que há indícios de que o LD concebe a língua, bem como a gramática, como uma concepção de linguagem interacionista, que nele será abordado à língua de forma a analisar sua funcionalidade, levando o aluno a refletir sobre os aspectos que envolvem a língua, e a sua construção. Outra perspectiva em que o LD aborda a gramática é na seção com título *Gramática textual*, a partir desse título, interpretamos que o livro irá abordar a gramática de forma contextualizada, mostrando a construção e os sentidos das palavras no texto.

Com base nisso, tomaremos atividades das seções *Língua – análise e reflexão* das unidades 1 e 2, e a *Gramática textual* da unidade 3, como foco de análise desta pesquisa. A escolha se deu pelo interesse de investigar como as atividades no LD abordam a gramática, analisar que noção de linguagem e gramática está pressuposta e de que forma é proposta a gramática normativa. Averiguar se o conteúdo corresponde ao que o título propõe e observar se o LD aborda a gramática de forma contextualizada e a língua como concepção interacional,

permitindo reflexões sobre a língua e um estudo da gramática no texto, como se propõe no título da seção.

No que se refere ao conteúdo gramatical, notamos que é abordado de forma mecânica e isolada. A abordagem é feita através de frases soltas, e como nos afirmou Antunes (2003) um ensino realizado através de frases que não têm sentido, ou seja, frases que não refletem no contexto dos alunos e que não significam nada.

Outra questão que podemos observar, quanto à abordagem do conteúdo gramatical no LD, é que não há uma explicação do conceito do termo gramatical, uma vez que se torna importante que o aluno entre em contato com o texto e tenha conhecimento sobre o conceito do termo que está estudando, não a título de memorização do conceito e que ali o estudante aprenda a usá-la, mas sim para que ele possa saber do que se trata para, posteriormente, partir para uma análise com foco no texto, para que assim o aluno possa compreender a funcionalidade da unidade gramatical. Como Antunes (2003) nos afirmou anteriormente, o nome das unidades gramaticais não é o principal, mas sim o seu funcionamento no texto.

No que se refere às atividades apresentadas pelo LD, percebemos primeiramente que há, também, uma separação, isto é, existe uma atividade relacionada à interpretação do texto estudado. Logo após, há a apresentação do conteúdo de gramática acompanhado da atividade sobre o conteúdo abordado.

Ainda sobre o conteúdo, observamos que o LD utiliza trechos de textos, para neles explicar a norma gramatical que está sendo estudada no momento. Entretanto, não há um estudo sobre o trecho, de qual texto foi retirado para se analisar o contexto, e as questões da atividade, são referentes apenas à gramática tradicional, que retomando a teoria de Travaglia (2009) sobre concepções de gramática, considera que a língua é apenas a variedade culta ou padrão, e qualquer outra forma de uso é considerado desvio dos usos da língua. Ou seja, sem pensar na função que a unidade gramatical que está sendo estudada desempenha no texto.

Assim, vemos que o texto, poema ou até mesmo o trecho, é utilizado como pretexto para estudar a gramática, não há uma análise do texto por completo e nem um estudo aprofundado sobre a função que o item gramatical desempenha dentro do texto, e sim apenas trechos separados de sua totalidade significativa, gerando assim um ensino, ainda, com frases soltas, ou seja, fora de contexto ou que o uso do texto como pretexto apenas. Nesse aspecto torna-se importante destacar que, o ensino pautado em apenas uma concepção/tipo de gramática, conforme Antunes (2007, p. 33), é “optar por determinada visão da língua.” Ou seja, uma visão de língua única, certa, desconsiderando todas as outras formas de uso.

Dessa maneira, não faz sentido optar por um ensino de gramática baseado em apenas um tipo de gramática, ou na gramática tradicional, uma vez que a gramática, não possui uma verdade absoluta. Assim, o aluno irá pensar que somente aquela concepção de gramática e de linguagem é a única certa e aceitável.

No tocante às atividades disponíveis no LD, em algumas unidades, notamos que elas são intercaladas, ou seja, em se tratando do texto, há uma questão de interpretação do mesmo, e assim por diante, após cada texto uma ou duas perguntas de interpretação e análise do mesmo. Da mesma maneira acontece com a parte da gramática, após cada abordagem teórica de uma unidade gramatical há perguntas, questionamentos para verificar se o aluno aprendeu a unidade gramatical estudada.

Sobre essas atividades, focando aqui naquelas referentes à gramática, notamos que o LD adota um método conservador de abordagem de conteúdo, pois apresenta ainda a gramática com questões a partir de frases soltas, com classificação de palavras, como podemos ver na imagem 1 a seguir

Imagem 1 – Definição e atividade sobre a Predicação Verbal

No segundo enunciado, aparece a preposição *dos* (de + os) entre o verbo *gostar* e o complemento *poemas de Castro Alves*. Por essa razão, o verbo é chamado de **transitivo indireto (VTI)** e o complemento é o **objeto indireto (OI)**.

No terceiro enunciado, o verbo *declamar* pede dois complementos: um **objeto direto** (o poema *Adormecida*) e um **objeto indireto** (*para a classe*). Trata-se de um verbo **transitivo direto e indireto (VTDI)**.

O tipo de relação que o verbo estabelece com os termos ligados a ele chama-se **predicação verbal**. Assim, quanto à predicação, os verbos podem ser classificados como verbo de ligação, verbo intransitivo e verbo transitivo (direto, indireto, direto e indireto).

Observe ainda que não se emprega a vírgula entre o verbo e seus complementos, a não ser que entre eles se interponha outro termo sintático.

Meu colega declamou **o poema "Adormecida"** **para a classe**.

Note que não há vírgula entre o verbo (*declamou*) e o objeto direto (*o poema "Adormecida"*) e entre o objeto direto e o indireto (*para a classe*).

Em seu caderno, copie as frases a seguir. Classifique os verbos em destaque quanto à predicação e identifique, quando for o caso, os complementos verbais.

- « "Nosso céu **tem** mais estrelas [...]"
- « Lá nas areias infundas **nasceram** crianças lindas.
- « Os galhos dos jasmineiros **estavam** trêmulos.
- « A professora **refere-se** aos poetas românticos.
- « O professor Carlos **ensina** literatura aos alunos do 2º ano do Ensino Médio.
- « A flor **beijava**-a.
- « Os guerreiros **combatem** na solidão.

Pronomes pessoais oblíquos como complementos verbais

Observe:

I. Eu procurava reconhecer **o rosto daquela mulher**.
OD (a expressão inteira)

II. Eu **o** reconhecia.
OD (pronomes)

III. Eu procurava reconhecê-**lo**.
OD (forma verbal terminada em *s*, *z* ou *r* + pronome)

IV. Reconheciam-**no**.
OD (forma verbal terminada em *m* ou ditongo nasal + pronome)

A expressão "o rosto daquela mulher" no enunciado I exerce a função de objeto direto. Nos enunciados seguintes, ao substituir essa expressão por outro termo, empregamos o pronome *o*, que pode adquirir a forma *lo* (após uma forma verbal terminada em *s*, *z* ou *r*) ou *no* (após uma forma verbal terminada em *m* ou ditongo nasal).

Romance (II) – CAPÍTULO 2 73

Fonte: Língua Portuguesa: linguagem e interação (FARACO, MOURA, MARUXO JÚNIOR, 2013. p. 73).

Essa atividade está relacionada ao conteúdo *Função Sintática dos termos da oração que giram em torno do verbo*, e encontra-se na unidade 1, capítulo 2, na seção "*Língua – análise e reflexão*" do livro didático. Assim, aborda o conteúdo sobre Predicação Verbal, Pronomes Oblíquos, Complementos verbais etc., todos intercalados com questionamentos, como já mencionado anteriormente, referentes ao assunto estudado.

Como podemos notar, a atividade apresenta questões com frases isoladas e com palavras em negrito para que o aluno classifique-as, apontando o predicado verbal e os complementos verbais. Notamos assim que, são atividades mais voltadas para fixação do

conteúdo e da nomenclatura da unidade gramatical estudada, a partir de frases soltas, sem contexto específico, apenas para que o aluno demonstre que aprendeu.

São atividades metalinguísticas, ou seja, a linguagem que fala da própria linguagem, no caso, palavras que se expressam sozinhas sem contexto, não possuem significado, é a regra pela regra, e isso não constitui uma aprendizagem efetiva da gramática pelos alunos. A semântica não é mencionada, ou seja, não há uma abordagem do significado e sentido do emprego do predicado na frase ou no texto. É apresentada simplesmente a construção da oração com uso do predicado e não demonstra aos alunos o que o emprego do predicado pode causar, quais os efeitos de sentido que produz dentro do texto, ou, como no caso, na frase.

Notamos ainda que, como já mencionado, não há uma contextualização para ser estudada a predicação verbal, ou seja, está totalmente fora de contexto, não havendo também uma explicação da função do predicado, qual sentido ele exerce, nem o porquê de estudá-lo. E como já nos aponta Mendonça (2006) a análise pela análise não tem sentido, ou seja, é preciso analisar como o termo gramatical funciona no texto e não simplesmente aspectos de nomenclatura e sua função sintática de forma isolada. É preciso partir para algo maior como o texto, pois conforme a mesma autora mesmo quando estamos falando, estamos produzindo um texto, então é preciso que saibamos a regra e como aplicá-la de forma que nossa comunicação seja efetiva e compreendida pelos interlocutores.

É importante que o aluno tenha conhecimento do que está estudando, e para quê está estudando determinada classe gramatical, que saiba sua aplicabilidade e possa usá-la com eficiência, de maneira que nesse ensino de gramática, o aluno compreenda um dos objetivos do uso da LP, definido por Travaglia (2009) o da competência comunicativa, a qual compreende a competência gramatical ou linguística, sendo capaz de gerar sequências coerentes e lógicas. E sendo o LD um subsídio para os estudos do aluno, dentro e fora da sala de aula, é importante que o livro favoreça, de forma articulada e simples, as informações básicas sobre o termo gramatical.

Notamos na questão 1 da atividade, questões superficiais sobre o conteúdo, que não garantem que o aluno realmente aprendeu. São questões de “decoração” a partir das quais o aluno deve aprender a matéria e depois aplicá-lo na atividade, reconhecendo nas frases o que foi estudado, o que culmina para um ensino baseado na concepção de linguagem como expressão do pensamento e da gramática normativa, de acordo com a teoria de Travaglia (2009). Como podemos perceber é apenas nessas questões que são abordadas perguntas sobre o predicado verbal, pois como já foi dito, há outros itens gramaticais em torno do verbo e as questões subsequentes são referentes a ele. Percebemos também que, o texto não é utilizado

em nenhum momento para abordagem desse item gramatical, o que nos permite interpretar um ensino de gramática descontextualizada.

Partimos para a imagem 2, que aborda questões referentes aos pronomes oblíquos, e segue a mesma linha da questão anterior. Vejamos a seguir:

Imagem 2 – Definição e atividades sobre Pronomes Oblíquos

Os pronomes oblíquos *e, a, os, os* (lo, la, los, las, no, na, nos, nas) funcionam como objeto direto. Veja também:

I. Anastácia contou as histórias da família **a ele**.
OI

II. Anastácia **lhe** contou as histórias da família.
OI

III. Anastácia contou as histórias da família **a eles**.
OI

IV. Anastácia **lhes** contou as histórias da família.
OI

As expressões *a ele, a eles* exercem a função de objeto indireto. Como os pronomes *lhe, lhes* substituem essas expressões, também exercem a função de **objeto indireto**.
Os demais pronomes oblíquos átonos (*me, te, se, nos, vos*) podem funcionar tanto como objeto direto quanto como objeto indireto.

Identifique a função sintática dos pronomes oblíquos em destaque.

- [...] Emile **nos** havia adotado.
- Este livro **nos** pertence.
- Assim que chegues, logo **o** reconheci.
- Eu **te** convidei para a festa junina do meu colégio.
- Desejo **te** boa sorte na prova.
- Elle disse mil vezes a minha namorada que não **me** procurasse mais.
- O diretor repreendeu **me** na frente dos colegas.
- "O sol é personificado em muitas mitologias: os gregos chamavam-no de Hélios e os romanos chamavam-no de Sol" (Superinteressante)
- O traidor não **nos** converteu.
- Ainda não **nos** enviaram a resposta.

74 UNIDADE 4 ... com o romance (I)

Fonte: Língua Portuguesa: linguagem e interação (FARACO, MOURA, MARUXO JÚNIOR, 2013. p. 74).

Essa questão pertence ainda à atividade da função sintática em torno do verbo, da unidade 1, capítulo 2, com o conteúdo gramatical *Pronomes pessoais oblíquos como complemento verbais*. Como podemos perceber, há também nesta questão, o uso de frases isoladas de um contexto de produção, com palavras grifadas, a serem identificadas quanto à

função sintática da palavra na frase, ou seja, não explora o sentido, a semântica dos pronomes. Vemos que somente a função sintática é mencionada, assim, o sentido que o pronome exerce dentro do texto é deixado de lado. Sabemos que o estudo da gramática no caso dessas atividades é a função sintática em torno do verbo, entretanto uma coisa não exclui a outra, é importante estudar a função sintática, mas também o sentido e significado deles, assim o aluno conseguiria compreender a utilidade desses itens gramaticais, como funcionam na construção de textos e em situações de comunicação.

Compreendemos que esta atividade, tem como objetivo que os alunos, após terem estudado a teoria acerca do que se tratam os itens gramaticais, predicação verbal e pronome oblíquo, reflitam e coloquem em prática o que conheceram, classificando e identificando os nomes conforme as divisões que compõem essas classes gramaticais.

Esse modelo de atividade, retomando Antunes (2003), não é o ensino da regra gramatical, e sim apenas o estudo da nomenclatura e a função sintática do termo gramatical. E é o que consta no LD em questão, isto é, apresentação da unidade gramatical, suas subdivisões e classificações e posteriormente a atividade, para que sejam classificadas nas frases os nomes da unidade estudada.

É notável que esta atividade, está baseada apenas na nomenclatura gramatical, e dessa forma o aluno não aprende efetivamente a usar o pronome ou predicado verbal, ou qualquer outra unidade da gramática, ele apenas consegue aprender os nomes que possuem cada classe, e assim, nas atividades, conseguem apenas classificar e identificar as unidades, conforme Antunes (2003) em frases inventadas, sem função e sem interlocutor pré-estabelecido.

Notamos também que o LD considera que a língua se fundamenta no estudo da gramática isolada, como forma de que o aluno aprenda a língua portuguesa, ou seja, em ensino das normas que regem a língua e que a partir disso o aluno consiga usar a unidade gramatical. Mas não é bem assim que deve acontecer, pois, retomando o que nos disse Antunes (2003) o estudo das regras deve fundamentar-se em sua funcionalidade dentro do texto.

Como sabemos, deve-se estudar com o aluno a regra gramatical, para que ele saiba como ela funciona, pois como sabemos a regra pela regra não se explica, não possui sentido. Deve haver uma explicação sobre ela, sempre através do texto, para que o aluno entenda, no contexto, a aplicabilidade da norma, observando o exercício que a classe gramatical desempenha enquanto construção sintática, sentido e significado para uma boa compreensão e interpretação do texto produzido ou lido pelo aluno.

Partindo para outra atividade, sobre *Frase, Oração e Período*, na unidade 2, capítulo 4 deste livro didático, observamos que o livro apresenta o conteúdo com perguntas para explicação do que seria frase, oração e período, posteriormente, parte para uma explanação teórica acerca do tema proposto, e logo após, o LD apresenta uma atividade – imagem 3 - para que seja aplicado o que o aluno aprendeu através do conteúdo apresentado.

A atividade está locada na unidade 2, capítulo 4, na subdivisão do capítulo com título *Língua – análise e reflexão*, e esta apresenta-se, também de maneira tradicional, pois nela não há uma reflexão ou uma análise da frase, oração ou período, sobre a utilização destes em situações de comunicação ou interação, o sentido de usá-las. Percebemos que não atende ao que se propõe o título da seção da análise e reflexão da língua a que se propõe, como podemos observar na imagem 3 a seguir

Imagem 3 – Definição e atividades sobre Frase, Oração e Período

O período pode ser:

- 1. Simples** — quando formado por uma só oração, que é chamada de *absoluta*. Por exemplo:
O zuni-zuni chegava ao seu espólio. (texto 2, linha 26)
- 2. Composto** — quando formado por duas ou mais orações. Por exemplo:
O rio, a alegria da molecada, dava prazer, alegria e tranquilidade a todos os habitantes do povoado. (texto 1, linhas 121-122)
- 3. Complexo** — quando formado por duas ou mais orações, sendo uma delas subordinada a outra.
O zuni-zuni crescia, condensando-se: o zuni-zuni de todos os dias acentuava-se: já se não destacavam vozes dispersas, mas um só ruído compacto que enchia todo o cortiço. (texto 2, linhas 80-82)

1 Em seu caderno, transforme os enunciados que seguem em frases nominais.

- a) Por favor, fiquem quietos.
- b) Estou me despedindo de todos.
- c) Há um começo de incêndio no prédio.
- d) Saiam da classe imediatamente!

2 Em seu caderno, responda às questões propostas de duas maneiras diferentes: na primeira, empregue o período simples e, na segunda, o período composto.

- a) Você gostou do fragmento extraído do livro *Cidade de Deus*?
- b) O trecho lido de *O cortiço* permite que você reflita sobre algum problema atual?
- c) O que mais chamou sua atenção no fragmento da novela de Clarice Lispector?

3 Reúna-se com alguns colegas. Seleccionem quinze frases de um dos itens seguintes, conforme as orientações do professor.

- manchetes de jornais e revistas;
- títulos de CDs, livros e filmes.

Classifiquem as frases pesquisadas nos seguintes tópicos: frases nominais, períodos simples e períodos compostos. Depois respondam:

- a) O que predominou nas frases de seu grupo?
- b) Levando em conta a fonte de sua pesquisa, por que vocês acham que foi esse o tipo de construção que predominou?

4 Leia o trecho que segue:

No século XIX, os cortiços eram galpões de madeira habitados por trabalhadores não qualificados. Esses galpões eram subdivididos internamente. O proprietário era geralmente português, dono de armazém próximo. Mas havia outros interessados: o Conde D'Eu, marido da princesa Isabel, foi dono de um imenso cortiço, o "Cabeça de porco", onde viviam mais de 4 mil pessoas.

Disponível em: www.escritoradefloriano.com.br/revistaonline/1199647/. Acesso em: out. 2012.

• Cortiço na Rua de Janeiro, início do século XX.

Como podemos perceber, essa atividade pede para que o aluno transforme os enunciados em frases nominais, e mais uma vez, vemos o uso de frases inventadas, isoladas de um contexto, por mais que se trate do estudo de frases, orações e períodos não justifica o uso de frases inventadas e soltas para realizar a atividade, pois como já mencionado não diz nada a respeito do contexto social e cultural na vida dos alunos. Vemos que essa atividade, tem apenas o intuito de que o aluno demonstre que aprendeu o que são frases nominais. Não há uma explanação ou reflexão sobre o sentido que frases nominais podem agregar ao texto.

Na 3ª questão da atividade, notamos que o objetivo é o mesmo da questão anterior, que o aluno aplique o que aprendeu sobre o período e suas classificações, o simples e o composto, nas frases, transformando a mesma em um período simples e depois no composto. Desse modo, vemos um ensino mecanizado sobre o conteúdo, pois o aluno apenas transformará a frase em um período simples e composto sem nenhuma análise aprofundada sobre o que essas classificações do período possuem de significado, que interpretação elas podem permitir, a partir de que são estruturadas.

Na questão seguinte, 4ª questão, se pede que o aluno retire frases de itens como: manchetes de jornais e revistas, títulos de CDs, livros e filmes, para que, na questão A, possam identificar quais frases que predominaram entre os grupos. Já na questão B, pede-se que os estudantes percebam quais as frases que predominaram na pesquisa, levando em conta a fonte pesquisada. Vemos que esta questão B leva o aluno a refletir, sobre o porquê que determinadas frases predominaram no texto, bem como conhecer o gênero pesquisado, pensando em como este gênero é construído e de que é constituído. Entretanto, não vemos em nenhum momento um espaço destinado ao texto, podendo ser das fontes indicadas à pesquisa, para que o aluno pudesse ler, analisar e interpretar e posteriormente observar as frases dentro do texto, como funcionam em uma unidade maior de comunicação

Como vemos é inviável que o aluno consiga aprender a função sintática partindo apenas de frases. Frases estas tão desprovidas de sentido, pois quando partir para uma unidade maior, o texto, o aluno encontrará dificuldades em observar como aquela unidade foi construída e o poder de significação que possui. Dessa forma, o aluno só irá conseguir construir frases, e não compreenderá o contexto e sentido do que produziu.

Notamos que o LD propõe um ensino de gramática ainda baseado no estudo das unidades gramaticais em frases isoladas de contexto, um ensino sistemático de apresentação de conteúdo e aplicação de atividade de fixação, sem nenhuma reflexão acerca da importância do item gramatical que está sendo estudado e o que implica o uso dele no texto, o estudo como se fosse apenas para que o aluno pratique na atividade aquilo que foi ensinado e

demonstre o que aprendeu. Dessa maneira, o aluno apenas conheceu a unidade gramatical, mas não se apropriou dela para fazer uso no momento necessário ou quando precisar nas situações de comunicação e interação.

Notamos que essas atividades do LD propõem o ensino de gramática de acordo com a concepção de gramática tradicional, segundo Travaglia (2009), como um manual de regras para bem usar a língua, para assim os sujeitos se expressarem adequadamente, e de linguagem como expressão de pensamento, definida pelo autor (2009) como forma de expressar o pensamento, e, se o sujeito não se expressa bem, não pensa. Assim, percebemos que esses modelos de concepções se integram, de forma que uma complementa a outra, ou seja, o sujeito só consegue se expressar bem se sua linguagem estiver de acordo com as normas prescritas pela gramática tradicional. Dessa maneira, essa atividade pauta-se nesse modelo teórico sobre a língua, propondo apenas as regras e nomenclaturas das unidades gramaticais para aluno, apresentando assim que a norma culta é a única variedade válida.

Com isso, compreendemos o que Oliveira e Wilson (2013) nos diz sobre os livros didáticos, que estes apesar de já mostrarem preocupação com os usos da língua, ainda apresentam o conteúdo gramatical de forma desvinculada das situações de comunicação, não consideram o uso pelos seus falantes e o contexto em que vivem. E é isso que podemos ver nessas atividades da seção *Língua – análise e reflexão* deste LD.

O LD não proporciona aquilo a que se propõe no título, uma análise e reflexão da língua. Análise de como a regra se aplica e como ela funciona, não permite uma reflexão acerca da importância da gramática na organização e construção de sentidos, a gramática é imposta aos alunos, como única forma de aprender a língua.

Então, notamos como é importante o trabalho da gramática de forma contextualizada, pois o aluno iria perceber como a língua funciona, como ela é regida e por que e para quê usar a gramática, sempre levando em consideração o contexto em que o aluno está inserido, usando textos que traduzam esses contextos e reflitam na vida dos alunos, de forma que a concepção de linguagem/língua e gramática compreenda aspectos linguísticos, discursivos e socioculturais no estudo da língua, como no ensino da norma culta. Os aspectos socioculturais devem estar interligados com os linguísticos para que o aluno consiga compreender as nuances que ela perpassa. Possibilitando ao aluno conhecer as regras e saber como usá-las de forma efetiva, permitindo uma reflexão acerca do uso e de suas finalidades, questionar-se por que o uso de determinada regra e não outra para a configuração de sentidos dentro do texto.

Partindo para as atividades da seção *Gramática Textual*, pensando nesse tema, temos a impressão de que a gramática será abordada partindo do objeto de estudo da LP, no caso o

texto. Essa parte que compõe o capítulo 7, da unidade 3 do LD, trata do artigo científico. Então, há uma apresentação de um texto, gênero artigo científico, e temos o uso do dele na íntegra, não só um, mas dois, e, logo após a apresentação dos textos, têm uma atividade referente à interpretação do mesmo.


No que se refere à atividade gramatical, foco desta análise, temos na *Gramática textual* uma atividade relacionada ao artigo científico. No capítulo não vemos nenhuma explicação sobre o gênero artigo, para apresentar suas particularidades e finalidade. Há somente a exposição do texto do gênero artigo, e logo após a apresentação, temos as questões da atividade sobre o conteúdo estudado, na qual temos a impressão de que a gramática será abordada de forma contextualizada, a gramática no texto, que, conforme Antunes (2003) é o estudo dos elementos gramaticais em uso, no texto.

Partindo para a análise da atividade em si, notamos que existem questionamentos que levam o aluno a pensar sobre destinatário, finalidade, linguagem utilizada pelo artigo e os diferentes meios de circulação da variação da linguagem e conhecimento acerca do gênero em si, mas também outras questões que são baseadas no estudo da gramática tradicional. Esses tópicos percorridos podem ser vistos na imagem 4

Imagem 4 – Atividades sobre o Artigo Científico

2. Considerando ainda as dificuldades de leitura discutidas na atividade 1, responda em seu caderno:

- Quem poderia ser o destinatário ou o "leitor suposto" desse artigo científico? Por quê?
- Você tem estudado desde o primeiro ano do Ensino Médio que, ao ler um texto de natureza literária, como um conto, um poema, um romance, uma das finalidades fundamentais da leitura é a busca pelo **prazer de ler**. Ao ler o artigo científico, a principal finalidade é outra. Em sua opinião, qual é essa finalidade?
- Para compreender melhor o texto sobre os transtornos alimentares, você e seus colegas têm feito um intenso trabalho de leitura e releitura. Pensando nisso e na finalidade apontada por você no item **b** desta questão, explique por que a leitura desse texto tem sido especialmente trabalhosa.



3. Na seção "As palavras no contexto", você certamente confirmou que boa parte do vocabulário utilizado no artigo científico não faz parte da linguagem cotidiana. Responda em seu caderno:

- Em sua opinião, por que termos como *bradicardia* ou *hipolipidico*, entre muitos outros, são empregados no artigo científico?
- Se, em vez desses termos, fossem utilizadas palavras correntes na linguagem cotidiana, que problemas poderiam ocorrer na interpretação do texto?

4. Logo abaixo do título do texto, em português, aparece o mesmo título, em versão para o inglês: "Eating disorders in a multidisciplinary discussion". Ao final do texto, antes da parte intitulada "Referências bibliográficas", há também a versão da parte inicial do texto para o inglês. Em sua opinião, por que são feitas essas versões para o inglês? Responda em seu caderno.

5. No artigo científico, há formas variadas de **discurso relatado**, como nos seguintes trechos:

Quanto ao conflito amoroso e sexual (não a relação sexual), há um parágrafo em que ela descreve o que lhe passa, que esclarece: "quando vê que alguém está gostando dela ou vice-versa, foge da pessoa". (texto 2, linhas 72-77)
discurso direto – observe o uso dos dois-pontos após o verbo *enuncia* e as aspas no trecho "quando vê [...] da pessoa"

A alternância anorexia/bulimia pode ser entendida como em G. Fommier, que define assim bulimia em seu artigo: "Bruscos impulsos devoradores, por regressão à pulsão oral, quando o que acaba de produzir-se no fantasma é a morte do pai". [...] (texto 2, linhas 103-108)
discurso direto – observe o uso dos dois-pontos logo após *artigo*, o uso do verbo de dizer *define* e das aspas no trecho citado.

Krause et al. referem que após um ano de recuperação de peso, os anoréticos não bulímicos necessitam de 30 Kcal/kg/dia para manter seu peso. [...] (texto 2, linhas 230-233)
discurso indireto – observe o uso do verbo de dizer *referem* e da conjunção *que* em "referem que [...]"; antes do trecho citado.

Em sua opinião, por que os autores desse artigo científico empregam essas formas de discurso relatado?

6. Releia o texto, prestando atenção às palavras ou expressões que traduzem **opinião**. Em seguida, responda em seu caderno:

- Essas formas são abundantes no texto?
- Em que trechos elas são empregadas? Com que finalidade?

Artigo científico – CAPÍTULO 7 203

Fonte : Língua Portuguesa: linguagem e interação (FARACO, MOURA, MARUXO JÚNIOR, 2013. p. 203).

A questão 2 – item A, imagem 6, como podemos observar, permite que o aluno faça uma reflexão sobre quem poderia ser o destinatário ou possível leitor do artigo, ou seja, levando o aluno a pensar novamente sobre o conteúdo do texto e assim questionar-se sobre por quem e para quem foi escrito, sobre os objetivos e o que deseja transmitir de conhecimento.

O item – B, permite que o aluno conheça e perceba qual a finalidade do artigo científico que, apesar de não haver uma apresentação teórica mais abrangente sobre o gênero, parte do texto e há questionamentos sobre ele. Bem como na questão 2 – C que questiona o aluno quanto à linguagem utilizada, quando pede que explique por que a leitura do artigo é trabalhosa, questionamento parecido com a pergunta de número 1. Desse modo, percebemos

que o LD parte para uma questão sobre a linguagem que é usada no texto, fazendo com que o aluno reflita que determinados gêneros exigem uma linguagem específica.

É notável que o LD propõe um estudo sobre a linguagem, uma reflexão sobre os possíveis espaços de uso da língua na norma culta, os gêneros textuais que requerem uma linguagem formal, e se usadas de outra forma, gerariam outra interpretação acerca do gênero. Reflexão esta que é importante para que o aluno saiba, no momento de produção escrita ou oral, a linguagem que o contexto pede, se mais formal ou coloquial.

A questão 3 da atividade, caminha exatamente para esse aspecto da linguagem utilizada em certos textos, que exigem uma linguagem mais culta da língua, em que suas unidades mínimas, as palavras, dentro do texto, são mais formais e específicas e o sentido que essas palavras exercem no texto, levando o aluno a refletir sobre esses aspectos, como podemos ver nas questões 3 – A e B.

Em 3 – A, como podemos notar, pede para que o aluno explique por que as palavras *bradicardia* ou *hipolipídia* são usadas no artigo científico. Assim, percebemos que o LD propõe esse conhecimento e reflexão acerca do funcionamento das palavras no texto, que significados elas atribuem ao conteúdo exposto no texto, contribuído para a construção de sentidos. O aluno também irá perceber que este gênero textual, artigo científico, exige uma linguagem mais formal, e em certos artigos, dependendo da temática abordada uma linguagem com palavras mais técnicas.

A questão 3 – B também trata de aspectos relacionados a linguagem. Nela pede-se que o aluno pense se os termos mencionados na questão anterior fossem substituídos por palavras do cotidiano, quais as interpretações possíveis ou problemas que isso causaria. Desse modo, é notável que nessa questão o LD proporciona ao aluno uma reflexão sobre os problemas que uma linguagem, palavras, usadas de maneira diferente da qual o artigo utiliza, causariam no sentido e construção do texto, pois como podemos ver as palavras *bradicardia* ou *hipolipídia* são palavras técnicas que foram usadas, por expressarem exatamente os significados desejados e, se substituídas gerariam outra interpretação para o leitor, pois não abrangeria o significado da intenção comunicativa pretendida no contexto.

Partindo dessa questão, o professor poderia abordar questões relacionadas à linguagem utilizada pelos gêneros e com qual finalidade, tendo em vista que, os alunos já teriam conhecimento sobre grande parte dos gêneros textuais. Abordar quais os tipos de gêneros que exigem uma linguagem mais culta e quais gêneros que com o uso da linguagem coloquial se alcança o objetivo pretendido, saber qual linguagem se adéqua mais a determinada tipologia de gênero. Levantando uma discussão sobre a finalidade do tipo de linguagem utilizada nos

gêneros, o que ela dispõe de significados e acrescenta de sentidos. E também, podendo discutir sobre a linguagem utilizada de diferentes modos em lugares específicos, saber qual se adequa mais a determinada tipologia de gênero.

Quanto à questão 5, podemos observar que também permite um ensino/aprendizagem acerca do gênero, quando questiona o uso do discurso relatado no artigo científico, fazendo com que o aluno conheça e perceba porque esse elemento foi usado para compor o texto. Permitindo assim que o aluno saiba que, dependendo do tema, dos objetivos do artigo, em sua construção são utilizados artefatos como o discurso relatado em sua composição e para atingir o objetivo desejado. Para isso, a atividade apresenta novamente ao aluno os discursos relatados usados no texto, para que ele possa responder as questões.

Uma observação pertinente a ser feita, é que o LD deveria apresentar uma apresentação/discussão sobre o que seria o discurso relatado e suas formas, para assim abranger ainda mais o conhecimento do aluno sobre esse recurso e como pode ser utilizado em outros textos, como no artigo científico, e para que ele, o estudante, conseguisse responder a atividade com mais propriedade e eficiência.

Já a questão 6, volta a um questionamento sobre as palavras ou expressões empregadas e funcionando no texto. Como podemos notar, pede-se que o aluno, releia o texto, prestando atenção às palavras ou expressões que traduzem opiniões, para em seguida responder às questões das atividades. Em 6 – A, pergunta se essas formas são abundantes no texto. Em 6 – B, em que trechos elas são empregadas e com que finalidade.

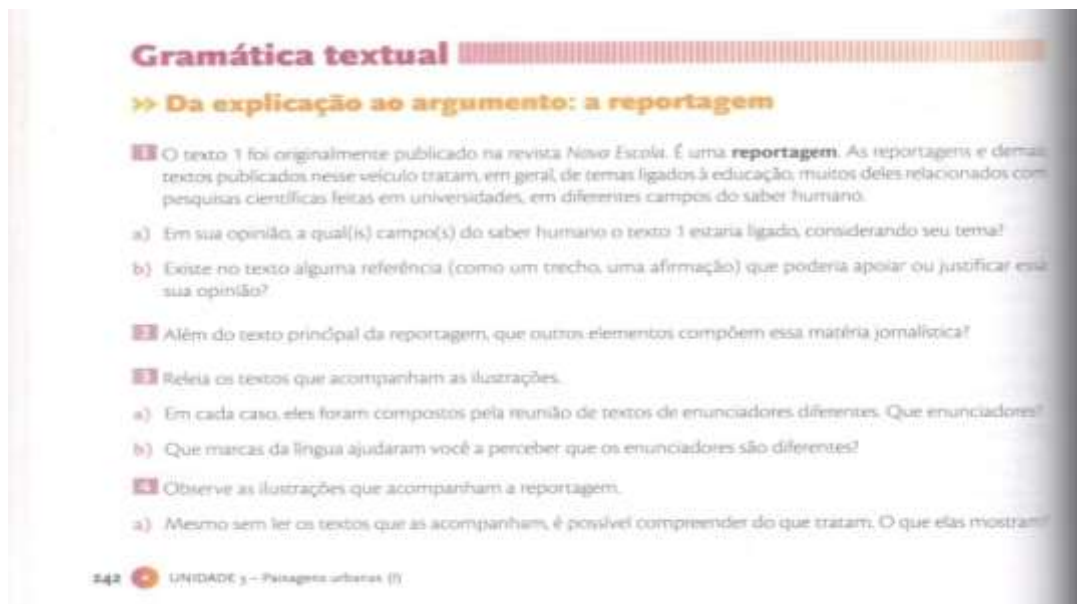
Como podemos perceber, as duas perguntas 6 – A e B se complementam, e nelas há uma proposta para verificação das palavras ou expressões no texto, quais são elas, como elas aparecem, como são empregadas, antes ou após de que, como funcionam e qual o sentido exercido por elas. Permite uma análise da funcionalidade dessas palavras e expressões no texto, observando qual a finalidade delas no que diz respeito à produção de sentidos. Permite também ao aluno questionar-se por que essas expressões ou palavras que exprimem opinião aparecem tantas vezes no texto, levando-o a pensar, mais uma vez, sobre o conteúdo do texto e temática, sobre o que ele propõe para que sejam usadas essas palavras e expressões como recurso para exprimir opinião.

Nessa atividade da seção *Gramática textual*, foi possível notar que ela proporciona ao aluno, conhecimentos sobre os artefatos que podem ser utilizados no texto, contribuindo na construção estrutural e teórica como forma de agregar sentido e veracidade, sempre tendo o texto como base para esses estudos, o que muito contribui para o arcabouço de conhecimento do aluno.

A segunda atividade da seção *Gramática Textual*, da unidade 3, capítulo 9 tem como base o gênero reportagem, e assim como na atividade anterior há uma apresentação de uma reportagem, entretanto, o LD só apresenta uma explanação sobre o gênero reportagem, suas especificidades e os elementos que o constitui, finalidade e objetivos após a realização da atividade, o que pode comprometer a execução da atividade.

Esta atividade apresenta tanto questões que proporcionam ao aluno conhecimento sobre o gênero reportagem, bem como questões sobre a linguagem usada pelo gênero, os tempos verbais das palavras, e qual sua finalidade empregada no texto, permite também interpretação da linguagem visual o que as imagens transmitem, e também quanto a estrutura do gênero, como podemos ver na imagem 5 a seguir.

Imagem 5 – Atividade 1 sobre Reportagem



Fonte: Língua Portuguesa: linguagem e interação (FARACO, MOURA, MARUXO JÚNIOR, 2013. p. 242).

A questão 1, como podemos ver, apresenta aspectos relacionados ao texto 1 estudado anteriormente, que é uma reportagem publicada na revista *Nova escola* e na questão discorre sobre aspectos da revista, como o tema que é mais recorrente que é a educação e sobre pesquisas realizadas em universidades, em diferentes campos do saber humano. Como podemos ver na questão 1 – A e B. A primeira pede que o aluno exponha sua opinião a respeito de “qual (is) campo (s) do saber humano o texto 1 estaria ligado, considerando seu tema”. E na segunda se há alguma referência (trecho ou afirmação) que poderia justificar a opinião exposta pelo aluno.

Assim, podemos notar que essas questões levam o aluno a pensar sobre os vários conhecimentos de mundo, e conhecimento científico. Fazem com que o aluno pense e recorra ao seu conhecimento prévio de determinados assuntos, faça relação com outros e assim possa reconhecer e fazer a ligação que se pede entre os conhecimentos dos campos que se pede na questão.

Já a questão 2, questiona o aluno sobre quais outros elementos foram usados para compor a matéria jornalística, além da reportagem. Nesse caso, o aluno deveria ter conhecimento sobre os elementos jornalísticos existentes e que servem para composição desse gênero, para que assim o aluno pudesse responder com eficiência. E como já mencionado anteriormente, o LD não dispõe de uma apresentação do gênero antes da atividade, para mostrar ao aluno suas particularidades e outros elementos que podem fazer parte da construção do texto da reportagem. E, mesmo esse conteúdo que é apresentado sobre o gênero após a atividade, não dispõe de uma parte em que exponha esses elementos que compõem o texto. Neste caso, é importante que o professor tenha uma visão crítica de apresentar um texto do gênero que está sendo estudado, posteriormente expor e analisar os aspectos sobre o gênero a partir dele, e acrescentar mais conteúdo nesse quesito teórico sobre a reportagem e seus elementos constitutivos, para depois realizar a atividade.

Os dois textos utilizados para execução desta atividade possuem imagens acompanhadas de legendas, com uma linguagem coloquial, palavras com abreviações usadas na internet. A questão 3 da atividade pede que o aluno releia os textos que acompanham essas ilustrações, para que possa responder em 3 – A que “cada caso foi escrito por enunciadores diferentes. Que enunciadores?”. Neste caso parte para um aspecto sobre quem escreveu os textos e com qual finalidade. Em 3 – B questiona sobre “Que marcas da língua ajudaram você a perceber que os enunciadores são diferentes?”. Vemos então que uma questão complementa a outra, quem são os enunciadores e que passagens do texto levaram o aluno a perceber a diferença entre os enunciadores.

Nessa questão, vemos que o LD abre espaço para se trabalhar com a variação da língua, apesar de não ter no livro nenhum capítulo destinado ao estudo da variação linguística, e a linguagem que é usada na internet como uma dessas variações. A partir disso, o professor pode abrir uma discussão de como a língua, as palavras mudam, conforme Antunes (2014) que diz que a língua muda conforme a utilização dela por seus falantes. Ou seja, em momentos de utilização, vão modificando e reinventando as palavras, e é isso que torna a língua heterogênea e viva, feita para ser usada por seus falantes e modificadas com o passar

do tempo e as necessidades. Permite também ao aluno saber que, cada pessoa constrói um texto de maneira diferente, mesmo que o tema seja igual para ambos.

A pergunta 4, notamos que trabalha com a linguagem visual, quando se orienta que o aluno observe as ilustrações. E em 4 – item A, que o aluno análise e interprete as imagens, expondo o que elas passam de informação. Nesta questão 4, como podemos perceber trabalha a interpretação visual do aluno, o que ele pode retirar das imagens e agregar conhecimento e construir uma análise interpretativa plausível e coerente, e que nesta análise mostre o que a imagem representa e a possível mensagem que ela transmite, permitindo assim que o aluno saiba que imagens também possuem significados e que são capazes de ensinar muitas coisas que servem para refletir sobre o mundo.

Imagem 6 – Atividade 2 sobre reportagem

b) Observe novamente cada imagem e releia os textos correspondentes (a autora chama os pares de imagem/ texto de "quadros"). Note que cada uma dessas construções ajuda a jornalista a reforçar o ponto de vista e a argumentação apresentada. Tanto é assim que ela orienta o leitor a observar essas imagens em pontos específicos do texto principal. Explique que argumento, explicação ou ponto de vista cada "quadro" reforça.

c) Em sua opinião, esses "quadros" reforçam o texto principal realmente? Imagens e depoimentos costumam chamar sua atenção quando lê textos da mídia em geral? Cite um exemplo.

5. Observe os tempos verbais presentes ao longo de toda a reportagem.

a) Que tempo verbal predomina?

b) Por que a autora emprega predominantemente esse tempo verbal?

c) Que tempo verbal foi empregado para relatar os resultados da pesquisa feita pelo Cebrid com estudantes de escola pública com idade entre 10 e 18 anos? Copie essas formas verbais.

d) "A escola **deveria** prestar mais atenção nesse tipo de postura." (linhas 113-114). Em que tempo verbal está a palavra em destaque?

e) Qual é o sentido desse verbo no tempo em que foi escrito?

6. Em toda essa reportagem há diversas formas de **modalização**. Essas formas desempenham funções discursivas variadas: projetam a opinião do enunciador no texto, introduzem explicações, servem para inserir argumentos no meio das explicações, etc. Observe alguns exemplos:

[...] Os números não deixam dúvida: as drogas fazem parte do universo jovem. [...] (linhas 13-15) **introdução da constatação apresentada pelos números da pesquisa**

De início, é preciso explicar que a atração pelos entorpecentes tem um forte componente biológico. [...] (linhas 26-27) **introdução de explicação**

O certo é que características típicas da faixa etária [...] podem, sim, levar ao consumo. [...] (linhas 45-47) **introdução de explicação**

A reflexão, aliás, infelizmente não tem sido a palavra de ordem quando se fala de drogas na escola. [...] (linhas 85-86) **projeção da opinião do enunciador**

a) Releia o texto e tente localizar outras formas de modalização. Em seguida responda: em sua opinião, qual das três funções discursivas indicadas predomina na reportagem? Por quê?

b) A estrutura habitual de um texto argumentativo é formada das seguintes partes:

1. apresentação do tema em questão;
2. tomada de posição do enunciador quanto ao tema, formulação de uma questão polêmica (a tese);
3. argumentação, acompanhada (ou não) de exemplos ou justificativas;
4. formulação de conclusões, com a retomada da tese e sua reafirmação ou refutação.

O texto da reportagem apresenta essa estrutura?

c) Considerando suas respostas aos itens a e b desta questão, formule uma hipótese para justificar o emprego na reportagem, de formas de modalização que servem para inserir argumentos.

7. Além das formas de modalização, o texto apresenta vários exemplos de discurso relatado. Qual é a principal função desse recurso na reportagem?

Acompanhe as explicações a seguir para compreender melhor o que é uma reportagem.

Reportagem – CAPÍTULO 9 243

Fonte: Língua Portuguesa: linguagem e interação (FARACO, MOURA, MARUXO JÚNIOR, 2013. p. 243).

Na questão 5, os questionamentos são voltados para as palavras e tempos verbais usados na construção do texto, questionando em 5 – A, que tempo verbal predomina e em 5 – B porque a autora emprega predominantemente esse tempo verbal. Vemos que esta pergunta, proporciona ao aluno um olhar mais analítico ao texto, enquanto a gramática utilizada no texto para compô-lo e construir o sentido desejado. Neste caso, são utilizados tempos verbais específicos para atingir o objetivo. Notamos que, nesta questão, o aluno pode ver a gramática em uso e no texto, observando como ela é, que conforme nos diz Antunes (2014) a gramática é necessária, mas não suficiente, nesse sentido de compor o texto e contribuir para a construção de sentidos.

Em 5 – C, D e E, ainda continuam os questionamentos acerca dos tempos verbais usados no texto. Em C, questiona-se sobre o tempo verbal usado para apontar os resultados das pesquisas. Desse modo, o aluno irá perceber que são diferentes, que há uma mudança e tempos verbais conforme a escrita do texto e o que se deseja transmitir, o aluno então irá perceber que os tempos verbais são importantes para o texto e a produção de sentidos, e que os tempos verbais possuem suas particularidades de uso, que eles variam de acordo com a produção do texto oral ou escrito para que a mensagem seja efetivada de maneira eficaz.

A questão D, pergunta qual o tempo verbal da palavra em destaque na frase “A escola **deveria** prestar mais atenção nesse tipo de postura”. Essa frase foi retirada do texto 1, e vemos que pede apenas para que o aluno indique o tempo verbal da palavra. Já em E, pergunta qual o sentido do verbo no tempo em que foi escrito. Observamos então que, essas questões permitem um estudo sobre o sentido que a palavra, no tempo verbal em que ela está, atribui ao texto. Notamos que esta questão permite o estudo desse aspecto da gramática, por meio da palavra, em funcionamento no texto, o que ela agrega na construção de significação e sentidos.

Na questão 6, notamos que ela possibilita uma análise interpretativa de um elemento, a modalização, usado na reportagem para dar mais veracidade ao texto. A questão apresenta uma breve explicação sobre o que seria a modalização, e qual a função que ela desempenha no texto, a questão também disponibiliza exemplos através de trechos retirados do texto. Em 6 – A, se pede que o aluno “Releia o texto e tente localizar outras formas de modalização e explicar qual das três funções predominam no texto e por que. Desse modo, vemos que nessa questão o LD proporciona ao aluno um estudo sobre os elementos que são usados na reportagem, bem como qual a função dele, e sempre tendo o texto como base. Também permite uma reflexão do porquê que algumas das funções predominam mais que outras, fazendo o aluno pensar no tema, conteúdo e objetivo do texto da reportagem como justificativa.

Na questão 6 – B, essa perspectiva de estudo da gramática, construção de sentidos e finalidade do emprego de determinados elementos no texto, é deixado um pouco de lado, e volta-se para um estudo mecânico, como podemos ver na questão. Um estudo voltado apenas para a estrutura, sem uma reflexão da finalidade dessa organização no gênero reportagem. Não abrange um ponto de reflexão acerca do sentido e significação do que essa divisão e organização causariam no texto. E se faz importante que o aluno conheça essa questão de como se estrutura o texto da reportagem, sempre apontando qual a finalidade dessas partes e a função que cada uma desempenha no texto.

A questão 7 da atividade, também permite uma análise e reflexão, pois questiona qual a principal função do discurso relatado na reportagem. Vemos que envolve um estudo sobre a função, a função que esse recurso desempenha no texto, como já foi estudado anteriormente, mas em outro gênero, e isso permite que o aluno tenha conhecimento de que esse recurso pode ser usado na construção textual de outros gêneros, como a reportagem, e que o aluno, ao se deparar com outros gêneros que possuam o mesmo teor que o do artigo científico e a reportagem, possa perceber se usam ou não esse elemento na construção do texto, e assim vão agregado conhecimento ao seu arcabouço.

É notável também que as atividades dessa seção *Gramática Textual*, propõem, em sua maioria, um ensino da gramática de forma contextualizada, ou seja, parte do texto para explicar a contribuição de sentidos das unidades gramaticais ou até mesmo palavras, nele. Conforme Antunes (2014) a gramática é sempre contextualizada, de forma que tudo que falamos está dentro de um contexto específico, que sempre existe um contexto e uma situação que assumem a construção de sentidos e cumprem uma determinada função comunicativa. E nessa atividade podemos notar que as questões partem e volta ao texto para que o aluno veja a construção de sentidos naquele contexto específico ao qual pertence o texto, e observe a contribuição da gramática para este fim.

Partindo desse aspecto, vemos que nessas atividades de *Gramática Textual* o LD concebe a língua com base na concepção de linguagem como forma ou processo de interação, que, conforme Travaglia (2009) a linguagem é um lugar de interação humana e interação comunicativa, efetuada pela produção sentido entre interlocutores em uma situação de comunicação e contextos específicos, podendo ser este sócio-histórico e ideológico. E assim, podemos ver que o LD propõe, nas atividades dessa seção, um estudo sobre a linguagem com este fim de interação e também comunicação, proporcionando reflexões sobre os usos da língua em determinadas situações e contextos, sobre a variação da língua, e escolhas sintáticas e lexicais para compor o texto e observando quais os sentidos que elas empregam, fazendo com que o aluno reflita sobre a língua e linguagem e possa se apropriar dela para realizar ações comunicativas e interagir com outros sujeitos de modo que a comunicação seja efetiva, e para que possa atuar em todas as esferas sociais.

Observamos nessa parte da *Gramática Textual* que o LD trabalha com o uso do gênero textual. As duas atividades analisadas da seção são através de gêneros, o artigo científico e a reportagem. E esse trabalho com gênero tem muito a acrescentar de conhecimento ao aluno, retomando aqui o que nos disse anteriormente Antunes (2003) que é importante que o aluno esteja perante a maior diversidade possível de gêneros, para que ele possa compreender as

especificidades de cada um, a finalidade que cada um tem e as funções que implicam na língua.

Como podemos perceber as atividades dessa seção, já permitem ao aluno uma reflexão sobre a linguagem, sobre a palavra, a regra em funcionamento no texto. Percebemos que nestas atividades a concepção de linguagem adotada é a linguagem como forma ou processo de interação, pois possibilita que o aluno veja, em alguns momentos, a linguagem culta e quais os gêneros que exigem essa linguagem, expressões técnicas, e qual sua finalidade, bem como permite que o aluno veja e que o professor possa discutir sobre a linguagem coloquial e quais os gêneros que a utilizam.

Assim, vemos o quão importante é o trabalho com a gramática contextualizada, pois o indivíduo usuário da língua poderá ver como ela é, e as regras gramaticais em funcionamento, a língua e gramática juntas formando uma linguagem com sentidos, usada para comunicação e para que o indivíduo/aluno possa através dela interagir socialmente em todos os âmbitos sociais. A gramática contextualizada permite que o aluno veja como a gramática contribui na formação de sentidos do texto, e as atividades partindo de uma perspectiva contextualizada permite ao aluno empregar a regra, assim conforme Antunes (2014) o indivíduo/estudante vai aprendendo a usar a “norma” da gramática, pois é na prática que se vai aprendendo a usá-la.

3 CONCLUSÃO

Diante do objetivo de analisar as atividades de gramática no livro didático *Língua Portuguesa: linguagem e interação* através do qual nos propomos a investigar como o LD propõe o ensino de gramática, e analisar que concepção de linguagem e gramática está pressuposto no LD, e refletir acerca do uso da gramática contextualizada, notamos que o livro mescla entre o conservador e o inovador.

Na primeira seção analisada, percebemos que o livro oferta um ensino de gramática de forma mecânica, fundamentado em atividades de metalinguagem, ou seja, a linguagem que fala da própria linguagem, com o uso de frases soltas e isoladas de seus sentidos e contextos, sem permitir que o aluno pense sobre a finalidade e função dos elementos gramaticais no texto, caminhando assim para um ensino de gramática pautado na concepção de gramática normativa, gramática esta que rege o funcionamento da língua, baseando-se assim na concepção de linguagem como expressão do pensamento, ou seja, de acordo com essa concepção o aluno só se expressa bem se estiver em consonância com a gramática normativa, assim a linguagem serviria apenas para expressão e tradução do pensamento. Desse modo, notamos que o conteúdo da atividade da seção “*Língua – análise e reflexão*” não atende ao que o título se propõe, pois não oferece uma análise da língua no texto, e nem uma reflexão acerca dos usos da linguagem e das contribuições da gramática ao texto.

Já na segunda seção “*Gramática Textual*” das atividades analisadas, notamos que o livro permite que o aluno veja a gramática em uso, partindo do texto, observando o que ela oferece de sentido. Proporcionando também reflexões sobre os usos da língua e da linguagem, sempre tendo o texto/gêneros diversos para este fim, levando-o a notar que existem variedades na língua e que em determinados textos, orais ou escritos, se faz necessário saber que linguagem usar. Desse modo, proporciona ao aluno um ensino fundamentado em uma gramática, segundo Antunes (2014) contextualizada, pois parte do texto, e textos com temáticas que fazem parte do mundo dos jovens. Nessa perspectiva, concebendo a linguagem com base nas concepções de linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para comunicação, e linguagem como forma ou processo de interação. Isso implica em um ensino que atende aos objetivos de ensino da língua, definido por Travaglia (2009) anteriormente, pois proporciona ao aluno conhecimentos linguísticos e da gramática, bem como conhecimento textual por meio do trabalho com textos e gêneros, para uma aprendizagem significativa da LP e tudo que a envolve, bem como reflexões sobre o uso da língua/linguagem.

Um ponto positivo do LD é o uso dos gêneros textuais, na seção *Gramática Textual* para a abordagem da gramática, pois como nos diz Marcuschi (2005) o trabalho com gêneros textuais reflete na interação social, fazendo assim com que os discentes compreendam a língua em uso. E, como podemos perceber, o LD, em alguns momentos, utiliza o texto do gênero como foco para que o aluno responda a atividade, permitindo que ele reflita a partir das questões da atividade, sobre os aspectos relacionados à linguagem e à gramática juntas, para a produção de sentidos. Apesar de apresentar, nessa mesma parte, questões que não possuem nenhuma finalidade, apenas de verificação estrutural.

Como sabemos a linguagem e a gramática se constituem e se integram para a organização da língua, e esta, por sua vez, é usada para interagir socialmente de modo que o sujeito usuário da língua adéque a linguagem aos contextos sociais em que esteja inserido. O livro didático, sendo uma ferramenta para o estudo dos alunos deve fornecer reflexões acerca dos usos da linguagem e da gramática, permitindo que o aluno veja como a gramática colabora na organização para construção de sentidos do texto.

Dessa forma, é importante e necessário que o professor analise o LD e observe como ele propõe o ensino de gramática, em que concepções está pautado, no que se refere à linguagem e também à gramática, para que, a partir disso, possa pensar na metodologia e em que o livro pode auxiliá-lo, assim, propiciando ao aluno um ensino de língua de forma contextualizada da gramática e de linguagem como interação, pensando também na gramática Cognitiva – funcional, definida por Martelotta (2013) também como forma de uso para interação dos sujeitos nos âmbitos sociais. Discutindo que a língua possui variantes, e que, conforme Antunes (2003) a língua culta é apenas mais uma variação linguística, mostrando que a língua é heterogênea.

Diante das discussões realizadas nesta pesquisa, consideramos de suma importância o trabalho pedagógico com a LP, principalmente no que se refere à gramática, de forma contextualizada, usando o texto como fonte para abordar questões gramaticais e também conhecimento da língua e suas variantes, pois como sabemos, a LP tem como objeto de estudo o texto, assim, tudo acontece em torno dele e de um contexto específico, nesse âmbito, surge à finalidade e importância de uma abordagem na perspectiva contextualizada.

Diante das questões que nos propomos a responder, percebemos a importância de o professor ter em mente quais as concepções de linguagem e gramática produzem efetivamente aprendizagem e conhecimento sobre a língua, sua função e uso, sobre o uso da gramática como forma de servir à língua e seu funcionamento, de modo que o trabalho possa partir do

que o aluno já sabe sobre as regras gramaticais e sobre a linguagem, traçando objetivos e metodologias que possam ajudar a aluno a aumentar seu repertório linguístico.

Também torna-se importante que o LD proporcione reflexões e possibilidades ao professor de abrir discussões acerca dos usos e funcionamento da linguagem, através dos gêneros textuais, para que o aluno torne-se sujeito crítico e atuante na sociedade, capaz de interagir e comunicar-se no mundo, sabendo fazer uso da gramática no momento de produção dos seus discursos orais e escritos.

Consideramos de fundamental importância o ensino de LP na perspectiva contextualizada no que concerne ao estudo da gramática, levando em consideração os usos da língua/linguagem para fins de interação entre sujeitos, e destes no meio social, um ensino com aulas que promova diálogo entre os alunos e professor, exercitando a oralidade, colocando em uso a linguagem, bem como colocá-los em contato com textos e gêneros para assim adquirir a competência textual, um dos objetivos dos estudos da LP definidos por Travaglia (2009), proporcionando assim, ao aluno o contato com o texto e a hegemonia da língua, sempre considerando os contextos e heterogeneidade dos alunos. Também se torna necessário destacar a importância do professor analisar o LD, observando como este propõe o ensino, em quais concepções está fundamentado para que possa oferecer um ensino/aprendizagem de qualidade ao aluno.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- _____. **Muito além da Gramática: por um ensino de língua sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____. **Gramática contextualizada: limpando o pó das ideias simples**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.
- BRASIL. **Equipamentos e materiais didáticos. Brasília, 2007**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equip_mat_dit.pdf. Acesso em 30/11/2018.
- CAMILLO, L. C. V. C. **Concepção de linguagem e ensino gramatical: a visão do professor**. *Estudos Linguísticos*, Londrina, v. 36, n. 2, p.59-67, ago. 2007. Trimestral.
- CINTRA, A.M. Leitura na escola: uma experiência, algumas reflexões. In: ELIAS, V. M. **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 197-204.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DIAS, Luis Francisco. **O estudo de classes de palavras: problemas e alternativas de abordagem**. In: DIONÍSIO, Ângela & BEZERRA, Maria Auxiliadora. In: *O livro Didático de Português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- FARACO, Carlos Emilio; MOURA, Francisco Marto; MARUXO JÚNIOR, José Hamilton. **Língua Portuguesa: linguagem e interação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013.
- FERNANDES, Marly Aparecida. **A Leitura no Livro Didático de Língua Portuguesa de Ensino Médio**. 2010. 307 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269655/1/Fernandes_MarlyAparecida_M.pdf. Acesso em: 01 dez. 2018
- FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo "gramática"?**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e Ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAJOLO, M. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. In: *Em Aberto*, ano16, n. 69, Jan/Mar, 1996.

LOURA, Maria do Socorro Dias. A marginalização da semântica e da pragmática na sala de aula. **Primeira Versão**, Porto Velho, v. 8, n. 117, p.1-11, out. 2003. Mensal

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. In: KARWOSKI, Acir Mário. ET. A. (Org). Palmas e União da Vitória: Kayagangue, 2005.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MENDONÇA, Márcia. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUZEN, C. et al. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 199-226.

NEVES, M. H. M. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; WILSON, Victoria (Org.). **Linguística e ensino**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SANTO, Wéllia Pimentel. Material didático e ensino-aprendizagem de línguas. **Revista Desempenho**, Brasília, v. 2, n. 26, p.1-17, fev. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rd/article/viewFile/26368/18691>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VESENTINI, José William. A questão do livro didático no ensino da Geografia Novos caminhos da Geografia. In **Caminhos da Geografia**. Ana Fani Alessandri Carlos (organizadora). 5.ed., 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2007.